

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial (Companhia Aberta)

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
e Relatório do Auditor Independente

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

(Companhia Aberta)

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração de Resultados Abrangentes

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Diante do fato que a companhia se encontra, estamos apresentando nessa oportunidade as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 assinadas pelo Gestor Judicial conforme autorizado pelo juiz da 3ª Vara Empresarial no dia 26 de março de 2025.

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos:

Acionistas e Administradores da
OSX Brasil S.A. – Em recuperação judicial
Rio de Janeiro – RJ
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

1. Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OSX Brasil S. A. – em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião” não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

2. Base para abstenção de opinião

a. Incerteza relevante quanto a continuidade operacional e novo pedido de recuperação judicial (PRJ)

Em 31 de dezembro de 2024, no individual e no consolidado, respectivamente, a Companhia apresenta prejuízo do exercício de R\$1.588.291 e R\$1.591.264, passivo a descoberto de R\$8.388.881 e R\$8.404.492; e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$434.719 e R\$947.915 (em 31 de dezembro de 2023, esses dados são, seguidamente: R\$1.188.770 e R\$1.191.067, R\$6.796.145 e R\$6.808.783 e R\$346.816 e R\$823.296).

Conforme descrito nas notas explicativas n.º 1 e 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia cumpriu suas obrigações previstas junto aos credores do 1º Plano de Recuperação Judicial e em 24 de novembro de 2020, o Juízo da 3ª Vara Empresarial decretou o seu encerramento; contudo ocorreram recursos judiciais, os quais estão pendentes de julgamento.

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia (mais duas controladas) recebeu uma notificação da Porto do Açúcar Operações S.A. (PdA, subsidiária do Grupo Prumo) manifestando pelo encerramento do “Período de Standstill” celebrado entre as partes em 20 de setembro de 2018, o qual a obrigava a não adotar qualquer medida para exigir-lhe sobre as suas obrigações existentes ou da sua falência. Sendo assim, como medida protetiva, a Companhia ajuizou tutela cautelar antecedente, a qual pleiteou o cumprimento do citado “Período” e a imediata suspensão das exigibilidades que lhe foram cobradas, e o Juízo dessa Vara a deferiu por 60 dias e os encaminhou à Câmara de Mediação e

Arbitragem da FGV, de forma a alcançarem uma solução amigável.

Em 20 de janeiro de 2024, o Grupo OSX ajuizou novo Plano de Recuperação Judicial, que requer a suspensão: das suas exigibilidades e rescisão unilateral por inadimplemento; do vencimento antecipado de obrigações já negociadas, inclusive aquelas previstas nas debêntures emitidas no âmbito do seu PRJ anterior; e dos efeitos de determinadas cláusulas do contrato de gestão celebrados com a PdA.

Este PRJ, ainda, requer que seja determinado aos credores principais: a não interrupção de fornecimento de serviços; a proibição por retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão de valores, títulos, depósitos e/ou direitos, para fins de auto pagamento; a vedação de bloqueio de valores de sua titularidade e que lhe sejam devolvidos os valores porventura retidos, desde o ajuizamento da citada tutela; e por fim, a Companhia solicita a utilização de conta bancária centralizadora. O PRJ foi deferido pelo Juízo em 22 de janeiro de 2024. Em 20 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou os termos e condições do plano de recuperação judicial do Grupo que será submetido à Assembleia Geral de Credores para decisão.

No final de novembro de 2024 foi proferida decisão cautelar pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial determinando, dentre outros assuntos, o afastamento dos administradores do Grupo OSX em função de denúncia efetuada por credor da Companhia. A Comissão de Valores Mobiliários – CVM instaurou processo e oficiou a Companhia para apurar a denúncia.

A Companhia e controladas se encontram, atualmente, sob gestão temporária do Gestor Judicial. As assembleias convocadas foram suspensas. Em 12 de março de 2025, a Companhia foi notificada por seus acionistas que solicitaram a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, no prazo de 8 dias, para deliberar sobre a eleição de novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, tendo indicado nomes para os referidos cargos. Em 27 de março de 2025, o Juiz autorizou o Gestor Judicial a assinar as demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas apresentam valores significativos de parcelas de arrendamento e obrigações tributárias. Essa situação indica a existência de incertezas relevantes que levantam dúvidas significativas quanto: (i) à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas e (ii) às bases de preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2024 todos os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia estão classificados e avaliados contabilmente no pressuposto de continuidade normal dos seus negócios. A continuidade operacional da Companhia depende da aprovação do 2º Plano de Recuperação Judicial que implica na aprovação pelos credores dos termos e prazos de pagamento dos passivos em aberto da Companhia (Quadro Geral de Credores), bem como, do Estudo de Viabilidade Econômica o que afetará a análise do valor justo da propriedade para investimento.

b. Discussões sobre aspectos financeiros com a Porto do Açú Operações S. A. (PdA)

(i) Pleitos da Companhia contra a PdA

A Companhia requereu instauração de Arbitragem na Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (Procedimento Arbitral nº 103/2023/SEC7), procedimento sigiloso, que discute aspectos financeiros referentes: (i) à gestão da área do Porto do Açú; (ii)

ao Contrato de Cessão do Direito de Uso e Futura Concessão do Direito Real de Superfície contestando os valores cobrados pela PdA; (iii) ao Acordo para Instalação da UCN Açú no Complexo Logístico e Industrial do Superporto do Açú e Outras Avenças que trata da responsabilidade das empresas pelos gastos na Obra do Entorno (construção do canal).

(ii) Pleitos da PdA contra a Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 10 às demonstrações financeiras, no período de 20 de setembro de 2018 até 13 de outubro de 2023, a Companhia possuía Acordo de Standstill que previa a não cobrança das parcelas mensais de Cessão de Direito de Uso. Durante este período, a Companhia não registrou os respectivos encargos financeiros contratuais com base na variação do IGP-M por entender que não se aplicam ao período do *Standstill*. No entanto, conforme cobrança apresentada à Companhia em 20 de outubro de 2023 e em Divergência de Crédito apresentada na análise do Quadro Geral de Credores, a PdA atualiza seu saldo contra a Companhia. Para 31 de dezembro de 2024, o saldo com atualização pleiteada pela PdA monta a R\$536.077, enquanto na Companhia o seu débito é de R\$386.323 resultando uma diferença entre ambas as posições de R\$149.754. Este saldo se refere aos valores vencidos até 31 de dezembro de 2024, caso o valor da parcela utilizada pela PdA tivesse sido utilizado para atualizar o passivo de direito de uso a vencer, o valor aproximado da dívida não vencida apresentada nas demonstrações financeiras seria acrescentado de R\$294.679.

Adicionalmente, a PdA cobra os seguintes valores da Companhia: (i) créditos referentes a Rateio de custos relacionados à Obra do Entorno, incorridos entre 08/2015 e 05/2016, no montante de R\$113.678; (ii) créditos no montante de R\$12.236 referentes a retenção contratual da OSX quitada pela PdA; e (iii) créditos referentes a remunerações (não quantificadas) por serviços de gestão comercial prestados à Companhia conforme cláusulas 6.1.2.7 do PRJ e 4.2 do contrato de gestão.

A arbitragem está em andamento. Tendo em vista a incerteza quanto ao desfecho da arbitragem e seus impactos, não nos foi possível concluir quanto à necessidade de ajustes às demonstrações financeiras.

c. Propriedade para investimento por Cessão de direito de uso

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Contrato de Cessão de Direito de uso com a Porto do Açú Operações S. A. (PdA) de área equivalente a 3,2 milhões de m². A Companhia possui apresentados em seu balanço patrimonial individual e consolidado os seguintes saldos contábeis: Propriedade para investimento avaliado a valor justo por R\$1.006.305; Ativo de Direito de uso por R\$367.886; e Passivo total de arrendamento por R\$804.413, divulgados, respectivamente nas notas explicativas 9 e 10.

Em 31 de dezembro de 2024, os direitos de uso por arrendamento, respectivamente, R\$367.886, não foram tratados e avaliados contabilmente como propriedade para investimento como requerido pelo CPC06 (R1) - Arrendamento, a qual é e já está avaliada pelo seu valor justo, e dessa forma, o saldo daquela rubrica deve ser baixado naquelas datas. Sendo assim, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o ativo e o passivo a descoberto, estão apresentados indevidamente a maior e a menor, respectivamente, por R\$367.886, bem como o prejuízo do exercício corrente está aumentado inadequadamente por R\$12.899, devido ao impacto da despesa de depreciação contabilizada.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, ressaltamos que o valor justo da Propriedade para investimento foi calculado considerando o prazo contratual do direito de uso não cancelável mais a renovação automática de 40 anos cujo cancelamento é prerrogativa da Companhia. Contudo, o passivo assumido por arrendamento foi computado usando apenas o prazo contratual não cancelável, em desacordo com o prazo do cálculo do valor justo. Conseqüentemente, não está registrado no passivo o montante referente aos 40 anos da renovação automática. Em 31 de dezembro de 2024, o passivo e o passivo a descoberto estão apresentados a menor em R\$36.715 (R\$62.592 utilizando a parcela considerada pela PdA) em 31 de dezembro de 2024.

c. Reconhecimento de receita

A receita da Companhia provêm de contratos de locação de sua área. De acordo com o CPC 06, o arrendador deve reconhecer os recebimentos de arrendamento como receita pelo método linear. Conforme descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras, a Companhia concede carência ou suspensão nos contratos com os clientes. A receita é reconhecida de acordo com a emissão do faturamento tendo em vista ser considerado provável o ingresso do recursos financeiro. Não nos foi possível avaliar o impacto do procedimento nas demonstrações financeiras.

d. Provisão de fornecedores extraconcursais

Conforme descrito na Nota Explicativa 12, a Administração reverteu em 2024 provisões de fornecedores no valor de R\$ 35.833. Esta reversão deveria ter sido efetuada em exercícios anteriores. Dessa forma o resultado do período ficou superavaliado no referido valor.

e. Análise do Quadro Geral de Credores

A Companhia está em processo de análise de divergências de créditos do 2º Plano de Recuperação Judicial. A análise dos créditos pela Companhia e Administrador Judicial poderão impactar os saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não é possível prever os efeitos sobre as demonstrações financeiras que poderão advir tendo em vista o resultado desta análise.

f. Investimento na Integra Offshore Ltda.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 7, a Integra Offshore Ltda. representa investimento no montante de R\$3.023 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.059 em 31 de dezembro de 2023). A investida não auferiu receita operacional no período. As informações financeiras da investida para 31 de dezembro de 2024 não foram revisadas por auditores independentes. O relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 incluiu as seguintes ressalvas: a) quanto à realização do saldo de adiantamento a fornecedores no montante de R\$12.963, e b) quanto à realização do contas a receber com a OSX Brasil S. A. no valor de R\$3.004 (a Companhia apresenta um passivo no montante de R\$4.014). Adicionalmente, foi incluído parágrafo de incerteza relevante quanto a continuidade operacional e ênfases relativas à recuperação judicial de seus acionistas. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir quanto a possíveis ajustes nas demonstrações financeiras.

g. Provisão para custos de restauração ambiental

O contrato de cessão de direito de uso prevê a devolução da área, de acordo com plano de descomissionamento aprovado pelos órgãos ambientais, livre e desimpedida de coisas, cujo plano ainda não foi elaborado pela Companhia e, conseqüentemente, não nos foi possível concluir quanto à necessidade de provisão para custos de restauração ambiental.

h. Representação formal dos administradores e membros da governança não fornecida

A Companhia não nos forneceu a carta de representação conforme requerido pelas normas de auditoria (NBC TA 580 R1) assinada pelos administradores e membros da governança diante da atual situação. A representação formal visa documentar que a administração cumpriu a sua

responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com a estrutura de relatório financeiro e sua adequada apresentação. Consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para conclusão de nossos trabalhos sobre as demonstrações financeiras.

3. Ênfases

(a) Contingências possíveis

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 17 b) às demonstrações contábeis, que descreve a existência de contingências tributárias que montam a R\$750.140 mil classificadas pelos consultores legais da Companhia como de perda possível. Eventual desfecho negativo afetaria materialmente as demonstrações financeiras.

A nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

(b) Fornecedores a pagar

Nessa rubrica, em 31 de dezembro de 2024, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentados R\$26.132 e R\$1.492.406, respectivamente, as quais compreendem valores devidos aos credores habilitados no Plano de Recuperação Judicial, deferido em 26 de novembro de 2013, conforme Quadro Geral de Credores, os quais passam por atualizações durante esse processo. Chamamos a atenção ao fato de que as informações referentes aos valores dos créditos que se alteram em razão da apresentação de divergências ao Administrador Judicial, e, aquelas por sentença em processo de impugnação somente serão informadas no desfecho do processo judicial.

A nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

(c) Desconsolidação de investida das demonstrações financeiras

Chamamos atenção sobre o assunto “Histórico da falência da OSX Leasing Group B.V.”, descrito na nota explicativa nº 1, sobre a falência da OSX Leasing Group B.V. na Holanda, em 15 de julho de 2015, que se encontra sob supervisão da justiça holandesa e sob gestão de um administrador específico. Sendo assim, a Companhia passou a não exercer nenhum controle ou influência política, financeira e operacional, significativas, sobre os negócios, incluindo também as controladas e coligadas, como a seguir descrito:

Com a divulgação de fato relevante pelas empresas OGX Petróleo e Gás S.A. e Dommo Energia S.A., as quais comunicaram a obtenção de “decisão judicial liminar pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para reduzir o valor do daily rate do

afretamento da FPSO OSX 3 (proprietária da embarcação) e a Nordic Trustee, a Dommo e a Companhia acordaram a suspensão, pelo prazo de 6 meses dos pagamentos devidos pela Dommo à título de contraprestação pelo afretamento da plataforma FPSO OSX 3 e por outras obrigações previstas nos contratos de afretamento. Destaca-se que a citada suspensão se findou em 13 de março de 2015, tendo em vista que a Companhia não atingiu acordo com os Bondholders da OSX3, visando o equacionamento dos seus débitos com os primeiros e a solução mais favorável para o FPSO.

Em 2015, a Nordic Trustee ASA apresentou, na Holanda, pedido de falência das sociedades OSX 3 Holding B.V., OSX 3 Holdco B.V. e OSX Leasing Group B.V., subsidiárias da Companhia e votou contra o deferimento definitivo do procedimento de suspensão de pagamentos concedido anteriormente à OSX Leasing Group B.V., resultando na falência dela. A situação desse assunto, se mantém inalterada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pois a Companhia ainda não concluiu a sua reestruturação societária.

A nossa conclusão não está modificada em relação a esses assuntos.

(d) Processos judiciais e seus reflexos na Companhia e controladas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 29, que discorre a respeito destes assuntos. Como é de conhecimento público, estão em andamento investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada “Operação Lava Jato” e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, a saber:

Operação X, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção, a lavagem de dinheiro e evasão de recursos. Tal operação investiga fatos relacionados à construção das plataformas P-67 e P-70 efetuadas pelo Consórcio Integra-subsidiária com personalidade jurídica própria e na qual a OSX Brasil S.A. detém participação minoritária. Essas investigações e medidas judiciais envolveram a Companhia e seu acionista controlador e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal. A Companhia prestou ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos responsáveis todas as informações que lhe foram solicitadas relacionadas à empresa Integra.

Operação segredo de Midas, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção, utilização de informações privilegiadas e manipulação de mercado. Em 08 de agosto de 2019 foi cumprido o mandado de prisão temporária emitido contra o Sr. Eike Batista em razão de investigações de crimes de manipulação de mercado e utilização de informação privilegiada. O mandado foi revogado em 10 de agosto de 2019 pelo Tribunal Federal da 2ª Região. Tanto o mandado de prisão temporária, quanto os demais eventos que culminaram em notícias, não estão de qualquer forma associados e/ou foram praticados pela Companhia e/ou os seus administradores. Essas investigações e medidas judiciais envolveram o seu acionista controlador, Sr. Eike Batista e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal.

A nossa conclusão não está modificada em relação a estes assuntos.

(e) Outros assuntos criminais envolvendo o acionista controlador e seus reflexos na Companhia e suas controladas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº29, a sentença de primeira instância proferida pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro ao Sr. Eike Batista, por uso de informação privilegiada (insider trading) e manipulação de mercado, praticados no ano de 2013. A Companhia e sua administração, entendem que não foram afetadas pelos efeitos dessa sentença.

A nossa conclusão não está modificada em relação a este assunto.

4. Outros assuntos

a. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas da Companhia, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram por nós auditadas e emitimos relatório de auditoria datado de 27 de março de 2024 com Abstenção de opinião com base nos mesmos assuntos identificados na Seção 2 deste relatório e contendo as ênfases mencionadas na Seção 5 (b,c,d,e) deste relatório.

b. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações financeiras acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", também não expressamos uma opinião sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo nessa data em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

5. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

6. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada Base para abstenção de opinião não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Eduardo José Ramón Leverone".

Eduardo José Ramón Leverone
Contador CRC RJ-067.460/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7



OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Balanço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	186	7	614	2.141
Clientes	5	-	-	6.073	6.613
Adiantamentos diversos		24	98	129	204
Despesas antecipadas		614	479	741	606
Total do ativo circulante		<u>824</u>	<u>584</u>	<u>7.557</u>	<u>9.564</u>
Não circulante					
Partes relacionadas	16	111.179	112.694	-	-
Tributos a recuperar	6	4.372	4.124	4.548	4.519
Depósitos judiciais	17	382	612	1.768	1.469
		<u>115.934</u>	<u>117.430</u>	<u>6.316</u>	<u>5.988</u>
Investimentos	7	2.099	1.896	3.023	3.059
Propriedade para investimento	9	-	-	1.006.305	1.976.784
Imobilizado	8	165	117	703	699
Direito de Uso	10	142	329	368.027	370.727
Intangível		336	126	336	126
Total do ativo não circulante		<u>118.675</u>	<u>119.898</u>	<u>1.384.710</u>	<u>2.357.383</u>
Total do ativo		<u>119.499</u>	<u>120.482</u>	<u>1.392.267</u>	<u>2.366.947</u>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	4.702	59.319	6.340	59.824
Obrigações fiscais	13	122.148	2.957	358.007	225.563
Obrigações sociais e trabalhistas	11	470	344	982	1.674
Direito de uso	10	152	198	425.294	384.175
Partes relacionadas extraconcursais	16	308.068	284.582	164.845	161.616
Outros		3	-	4	8
Total do passivo circulante		<u>435.543</u>	<u>347.400</u>	<u>955.472</u>	<u>832.860</u>
Não circulante					
Fornecedores	12	26.132	25.673	1.492.406	1.360.485
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	2.296.276	2.059.506
Debêntures	15	-	-	4.425.090	3.989.831
Direito de uso	10	-	121	379.271	373.455
Partes relacionadas concursais	16	10.010	10.010	21.545	21.545
Provisão para passivo a descoberto	7	8.014.338	6.513.728	-	-
Provisão para contingência	17	22.357	19.695	101.282	94.009
Tributos diferidos	23	-	-	23.565	353.528
Fianças	14	-	-	101.852	90.511
Total do passivo não circulante		<u>8.072.837</u>	<u>6.569.227</u>	<u>8.841.287</u>	<u>8.342.870</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social		35.264	35.264	35.264	35.264
(-) Custo emissão de ações	18.a	(81.057)	(81.057)	(81.057)	(81.057)
Ajustes acumulados na conversão de moeda estrangeira	18.c	1.704.436	1.708.881	1.704.436	1.708.881
Prejuízos acumulados	18.e	(10.047.524)	(8.459.233)	(10.047.524)	(8.459.233)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(8.388.881)</u>	<u>(6.796.145)</u>	<u>(8.388.881)</u>	<u>(6.796.145)</u>
Participações de acionistas não controladores		-	-	(15.611)	(12.638)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(8.388.881)</u>	<u>(6.796.145)</u>	<u>(8.404.492)</u>	<u>(6.808.783)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>119.499</u>	<u>120.482</u>	<u>1.392.267</u>	<u>2.366.947</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração de Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Líquida	20	-	-	64.419	45.246
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(66.466)	(5.345)	(130.349)	(59.504)
Despesas com depreciação e amortização	8 e 9	(261)	(180)	(13.234)	(9.211)
Avaliação ao valor justo de propriedade para investimento	9	-	-	(970.480)	(333.459)
Outras despesas e receitas	22	54.800	8.702	70.786	8.119
		<u>(11.927)</u>	<u>3.177</u>	<u>(1.043.277)</u>	<u>(394.055)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	7	(1.495.964)	(1.181.531)	(35)	189
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		<u>(1.507.891)</u>	<u>(1.178.354)</u>	<u>(978.893)</u>	<u>(348.620)</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	714	916	977	1.080
Despesas financeiras	23	(80.073)	(12.257)	(899.972)	(967.673)
Variação cambial, líquida	23	(1.041)	(2.777)	(37.953)	7.144
		<u>(80.400)</u>	<u>(14.118)</u>	<u>(936.948)</u>	<u>(959.449)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(1.588.291)</u>	<u>(1.192.472)</u>	<u>(1.915.841)</u>	<u>(1.308.069)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	-	-	(5.386)	(75)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	3.702	329.963	117.078
Prejuízo líquido do exercício		<u>(1.588.291)</u>	<u>(1.188.700)</u>	<u>(1.591.264)</u>	<u>(1.191.067)</u>
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(2.973)	(2.297)
Atribuído aos acionistas controladores	19	(1.588.291)	(1.188.700)	(1.588.291)	(1.188.700)
Prejuízo do exercício básico, e diluído por ação (em R\$)	19	<u>(504,53)</u>	<u>(377,62)</u>	<u>(505,48)</u>	<u>(378,35)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração de Resultado Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo líquido do exercício		(1.588.291)	(1.188.770)	(1.591.264)	(1.191.067)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	18.d	(4.445)	6.546	(4.445)	6.546
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(1.592.736)</u>	<u>(1.182.224)</u>	<u>(1.595.709)</u>	<u>(1.184.521)</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:					
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(2.973)	(2.297)
Participação dos acionistas controladores		(1.592.736)	(1.182.224)	(1.592.736)	(1.182.224)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	(-) Custo na emissão de ações	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 1º de janeiro de 2023		<u>35.264</u>	<u>(81.057)</u>	<u>1.702.335</u>	<u>(7.270.464)</u>	<u>(5.613.922)</u>	<u>(10.341)</u>	<u>(5.624.263)</u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	18.d	-	-	6.546	-	6.546	-	6.546
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(1.188.770)	(1.188.770)	(2.297)	(1.191.067)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>35.264</u>	<u>(81.057)</u>	<u>1.708.881</u>	<u>(8.459.233)</u>	<u>(6.796.145)</u>	<u>(12.638)</u>	<u>(6.808.783)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024		<u>35.264</u>	<u>(81.057)</u>	<u>1.708.881</u>	<u>(8.459.233)</u>	<u>(6.796.145)</u>	<u>(12.638)</u>	<u>(6.808.783)</u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	18.d	-	-	(4.445)	-	(4.445)	-	(4.445)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(1.588.291)	(1.588.291)	(2.973)	(1.591.264)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>35.264</u>	<u>(81.057)</u>	<u>1.704.436</u>	<u>(10.047.524)</u>	<u>(8.388.881)</u>	<u>(15.611)</u>	<u>(8.404.492)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(1.588.291)	(1.188.770)	(1.591.264)	(1.191.067)
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Atualização dos tributos a recuperar	(248)	(340)	(29)	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.495.964	1.181.531	35	(189)
Depreciação e amortização	261	180	13.234	9.211
Avaliação ao valor justo de propriedade para investimento	-	-	970.479	333.459
AVP Direito de uso	(167)	(319)	46.935	275.537
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(2.973)	(2.297)
Movimentação na dívida ativa	118.033	-	133.003	196.573
Atualização de fornecedores concursais	458	391	131.921	43.926
Reversão de provisão de fornecedores	(53.239)	-	(53.239)	-
Provisão de contingência	2.663	2.611	7.273	5.492
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	-	-	683.370	716.376
	(24.566)	(4.716)	338.745	387.021
Variações nos ativos e passivos				
Clientes	-	-	540	(1.746)
Depósitos judiciais	-	38	(300)	527
Adiantamentos diversos	74	(81)	75	3.648
Despesas antecipadas	(135)	(23)	(135)	232
Tributos a recuperar	-	-	-	(615)
Obrigações sociais e trabalhistas	126	(140)	(692)	856
Fornecedores	(1.378)	(6.986)	(245)	(144.344)
Obrigações fiscais	1.159	(5.140)	(5.946)	(167.763)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	5.386	75
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(329.963)	(113.376)
Adiantamento de clientes	-	-	-	(7.303)
Outros	218	(233)	(7.428)	21.314
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	64	(12.565)	(338.708)	(408.495)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(24.502)	(17.281)	37	(21.474)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições/baixas de bens do intangível	(210)	-	(210)	-
Aquisições/baixas de bens do imobilizado	(110)	208	(138)	159
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(320)	208	(348)	159
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Créditos concedidos a pessoas ligadas	-	6.293	-	-
Débitos com pessoas ligadas assumidos	25.001	448	3.229	(897)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	25.001	6.741	3.229	(897)
Efeito de conversão de moeda sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	(4.445)	6.546
Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa	179	(10.332)	(1.527)	(15.666)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	7	10.339	2.141	17.807
No fim do exercício	186	7	614	2.141
Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa	179	(10.332)	(1.527)	(15.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração do Valor Adicionado
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Receita de alugueis e/ou serviços (bruta de impostos)	-	-	71.278	49.912
	-	-	71.278	49.912
Insumos adquiridos de terceiros				
Despesas relativas à perda na baixa de ativos	-	-	(970.480)	(333.461)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(62.923)	(4.669)	(116.144)	(45.940)
	(62.923)	(4.669)	(1.086.624)	(379.401)
Valor adicionado bruto	(62.923)	(4.669)	(1.015.346)	(329.489)
Retenções				
Depreciação e amortização	(261)	(180)	(13.234)	(9.211)
	(261)	(180)	(13.234)	(9.211)
Valor adicionado, líquido, gerado pela Companhia	(63.184)	(4.849)	(1.028.580)	(338.700)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.495.964)	(1.180.805)	(35)	189
Receitas financeiras	714	916	977	1.080
Outras receitas	54.807	8.805	70.789	11.960
	(1.440.443)	(1.171.084)	71.731	13.229
Valor adicionado total a distribuir	(1.503.627)	(1.175.933)	(956.849)	(325.471)
Distribuição do valor adicionado				
Empregados:				
Remuneração direta	2.608	1.099	4.859	4.582
Benefícios	278	124	756	780
FGTS	14	-	61	109
	2.900	1.223	5.676	5.471
Tributos:				
Federais	1.040	(3.262)	(315.530)	(110.584)
Estaduais	1	-	56	13
Municipais	15	-	6.795	10.421
	1.056	(3.262)	(308.679)	(100.150)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	79.667	12.099	899.377	967.334
Variação cambial	1.041	2.777	37.953	(7.144)
Outras remunerações	-	-	88	85
	80.708	14.876	937.418	960.275
Remuneração de capitais próprios				
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(2.973)	(2.297)
Prejuízo líquido do exercício	(1.588.291)	(1.188.770)	(1.588.291)	(1.188.770)
	(1.588.291)	(1.188.770)	(1.591.264)	(1.191.067)
Valor adicionado total distribuído	(1.503.627)	(1.175.933)	(956.849)	(325.471)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto Operacional

Fundada em 2007, a OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial (OSX e/ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro. Tem como objeto a participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, dedicadas ao setor de equipamentos e serviços para a indústria *offshore* de óleo e gás natural, com atuação integrada nos segmentos de construção naval, afretamento de unidades de exploração e produção (E&P) e serviços de operação e manutenção (O&M). Desde março de 2010, a Companhia tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado da B3, sob o código OSXB3.

Em função da situação conjuntural da Companhia, impedida de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, em 8 de novembro de 2013 foi aprovado o pedido de recuperação judicial da OSX. O Plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado pelos credores em dezembro de 2014, tinha como objetivo permitir que a Companhia buscasse meios para a liquidação do seu endividamento e a obtenção de novos recursos, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades e de suas subsidiárias.

Em 24 de novembro de 2020 foi proferida sentença pela 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ nos autos do processo de Recuperação Judicial, que declarou o seu encerramento. Tal sentença foi objeto de embargos de declaração e em 18 de março de 2022 foi proferida sentença confirmando o encerramento da Recuperação Judicial.

Ações em curso

Apesar das dificuldades impostas no período da pandemia, a saída da recuperação judicial aliada a uma nova dinâmica comercial da Companhia junto à Porto do Açu (PdA) permitiu a evolução de seu plano de reestruturação.

A Companhia continua em ampla transformação de sua gestão de negócios e fortalecimento de suas vantagens competitivas, sempre pautada pelo crescimento sustentável, o que permitiu atingir marcos importantes como a ampliação da receita, a diversificação de clientes e a valorização da área no Superporto do Açu.

Neste sentido, a Companhia tem obtido sucesso no desenvolvimento de novos negócios junto à PdA, com obtenção de receita e alcançando a retomada de expansão do faturamento devido aos fatores destacados a seguir:

- ▶ Ambiente de negócios favorável, gerando crescimento das atividades na área de abrangência do Superporto do Açu;
- ▶ Assinatura de novos contratos e diversificação de clientes; e
- ▶ Valorização da área da OSX Brasil – Porto do Açu S.A. – Em Recuperação Judicial (OSX Açu)

O complexo do Superporto do Açu vem passando por forte crescimento, com a área da OSX Açu se destacando como o principal local para implantação de novos negócios, em função de sua localização estratégica e do comprimento de área molhada em frente ao canal do porto.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

A estratégia de crescimento da OSX passa pela geração de valor à área da OSX Açú e a geração de *backlog* de contratos que permitam fazer frente ao passivo da Companhia. Com este foco, a equipe da OSX realizou uma série de ações coordenadas, a fim de refletir o valor investido na construção do Porto do Açú pela OSX, destacando-se:

- ▶ Reavaliação da área da OSX Açú;
- ▶ Topografia com demarcação de áreas locadas e disponíveis;
- ▶ Ações de *housekeeping* para melhoria contínua da área da OSX Açú;
- ▶ Priorização de comercialização de áreas com maior infraestrutura;
- ▶ Desenvolvimento de projetos portuários para atração de investidores;
- ▶ Parametrização dos valores médios com áreas portuárias equivalentes;
- ▶ Manutenção de vias internas, energia, rede telefônica, iluminação e arborização;
- ▶ Parceria para fornecimento de água industrial e potável em todo o complexo com manutenção e ampliação da rede de água potável, poços, licenças e estações de tratamento de esgoto;
- ▶ Operação e manutenção de balança rodoviária;
- ▶ Implantação de sistema eletrônico de controle de acesso e vigilância patrimonial, com objetivo de atendimento aos padrões internacionais ISPS;
- ▶ Ampliação das ações de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional; e
- ▶ Melhora significativa nas medidas adotadas de governança corporativa.

Os pilares dessa estratégia permitiram conquistar os objetivos estabelecidos de ampliação do potencial comercial da OSX Açú, com impacto imediato na geração de caixa, no valor médio da área e na diversificação de clientes. Em 2024, a Companhia está dando continuidade à sua estratégia.

Processo da 1ª recuperação judicial

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX e a OSX Açú enfrentaram o agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades que seriam construídas na Unidade de Construção Naval no Açú (UCN Açú) e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. Em outubro daquele ano, a Óleo e Gás Participações S.A., principal cliente da Companhia, ajuizou seu pedido de recuperação judicial na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

No dia 8 de novembro de 2013, devido à situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, de sua função social e o estímulo à sua atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Açú e OSX Serviços Operacionais Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas”), foi ajuizado em 12 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 17 de dezembro de 2014, os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos. A publicação da homologação dos Planos ocorreu no dia 8 de janeiro de 2015.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (“CEF”), credora extraconcursal anuente, concedeu sua anuência aos termos do Plano de Recuperação Judicial da OSX Açú. A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX Açú. Durante o último trimestre de 2015, a administração da Companhia entendeu que os planos estavam homologados desde a data de sua publicação, em 8 de janeiro de 2015, passando a executar todas as premissas estabelecidas e tendo como principal impacto a atualização monetária de todos os credores quirografários.

A Companhia cumpriu com as obrigações de pagamentos previstas com os seus credores quirografários, bem como os de sua subsidiária OSX Açú, que tiveram interesse no pagamento de até R\$80 mil e a totalidade de créditos dos credores quirografários da OSX Serviços, sempre em conformidade com as obrigações previstas nos planos de recuperação judicial.

A seguir, uma breve descrição do plano da OSX. A íntegra dos planos aprovados está disponível nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.osx.com.br).

- Captação de novos recursos

Para recompor o capital de giro necessário para a continuidade de suas atividades, o pagamento dos custos de reestruturação, bem como o desenvolvimento de seu plano de negócios, a OSX obteve novos financiamentos junto a seus credores concursais, por meio da emissão de três séries de debêntures (debêntures 1ª série, debêntures 3ª série e debêntures 5ª série).

Tais recursos, conforme Nota Explicativa 15 - Debêntures, serão amortizados e pagos da seguinte forma:

- ▶ Data de vencimento – dez anos a contar da data de emissão das debêntures, renováveis por mais dez anos.
- ▶ Amortização programada do valor do principal – o valor nominal unitário das debêntures 1ª, 3ª e 5ª séries será integralmente amortizado em uma única parcela na data de vencimento, não havendo qualquer tipo de subordinação entre os detentores dessas debêntures.
- ▶ Juros remuneratórios – as debêntures 1ª, 3ª e 5ª séries farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário de cada debênture, acrescido de um *spread* de 2% ao ano.
- ▶ Cálculo dos juros remuneratórios – a partir da data de emissão das debêntures ou da data de pagamento da remuneração anterior, conforme o caso.
- ▶ Pagamento dos juros remuneratórios – serão pagos integralmente na data de vencimento, observado que, caso ocorra a amortização extraordinária das debêntures 1ª, 3ª e 5ª séries, os juros remuneratórios incidentes no período serão pagos juntamente com a parcela do valor nominal unitário da respectiva série a ser amortizada extraordinariamente.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

- Reestruturação de dívidas

Os credores concursais que concederem novos recursos à recuperanda são chamados credores financiadores. Observadas as condições de elegibilidade, indicadas no plano, os créditos concursais e/ou créditos extracursais dos (i) credores financiadores (bancos) poderão ser utilizados para a integralização das debêntures 2ª série, caso o respectivo credor financiador tenha integralizado debêntures 1ª série, ou debêntures 6ª série caso o respectivo credor financiador tenha integralizado debêntures 5ª série, e (ii) credores financiadores em geral poderão ser utilizados para a integralização das debêntures 4ª série caso o respectivo credor financiador em geral tenha integralizado debêntures 3ª série ou debêntures 6ª série.

As debêntures 2ª, 4ª e 6ª séries serão pagas nas seguintes condições:

- ▶ Data de vencimento – 20 anos a contar da data de emissão das debêntures, renováveis por mais 20 anos, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures.
- ▶ Amortização programada do valor do principal – o valor nominal unitário das debêntures 2ª, 4ª e 6ª séries será integralmente amortizado em uma única parcela na data de vencimento, não havendo qualquer tipo de subordinação entre os detentores dessas debêntures.
- ▶ Cálculo dos juros remuneratórios – (a) as debêntures 2ª e 4ª séries farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures 2ª ou 4ª séries e (b) as debêntures 6ª série farão jus, da data do pedido até o 36º mês contado da data de emissão das debêntures (inclusive), a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures 6ª série acrescido de *spread* de 1,80% e do 36º mês contado da data de emissão das debêntures (exclusivo) até a data de vencimento das debêntures, a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures 6ª série.
- ▶ Pagamento dos juros remuneratórios – serão pagos integralmente na data de vencimento, observado que, caso ocorra a amortização extraordinária das debêntures 2ª, 4ª e 6ª séries, os juros remuneratórios incidentes no período serão pagos juntamente com a parcela do valor nominal unitário da respectiva série a ser amortizada extraordinariamente.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Credores Não Financiadores

- ▶ Prazo – 25 anos a partir da publicação da homologação judicial do Plano de Recuperação, renováveis por 25 anos.
- ▶ Pagamento do principal – o principal será amortizado em uma única parcela, no 25º aniversário da data de homologação.
- ▶ Correção monetária – correspondentes a 100% da variação do IPCA, incidentes a partir da Data de Homologação sobre o saldo do principal.
- ▶ Pagamento antecipado dos créditos dos Credores Não Financiadores: os Créditos dos Credores Não Financiadores serão pagos antecipadamente, nas hipóteses de: (i) a partir do 6º ano contado da Data de Homologação, existência de recursos excedentes disponíveis, observada a Ordem de Pagamentos abaixo descrita, sempre observado o Limite para Pagamento Antecipado dos Credores Não Financiadores, o qual deverá ser calculado considerando o valor do saldo devedor dividido pelo período remanescente para o seu pagamento, e/ou (ii) a qualquer tempo, quando da ocorrência de evento de pagamento antecipado por venda de ativos, observada a Ordem de Pagamento Antecipado por Venda de Ativos.

Credores Quirografários

Os créditos quirografários por fiança, aval ou obrigação solidária foram reestruturados nos termos e condições estabelecidos para os créditos dos credores quirografários não financiadores.

Todos os credores quirografários, com exceção dos credores quirografários por fiança, aval ou obrigação solidária, optaram pelo recebimento de uma quantia em dinheiro, correspondente à R\$80 , limitada ao valor de seu crédito. O valor remanescente de seu crédito, se houver, terá o tratamento previsto acima, conforme opção do respectivo credor em relação à concessão de novos recursos.

Os créditos com partes relacionadas do Grupo OSX serão pagos em dez parcelas mensais, sem incidência e capitalização de juros, sendo a primeira parcela devida, única e exclusivamente após o primeiro mês subsequente à quitação de todos os demais créditos concursais e créditos extraconcursais. As partes poderão oportunamente convencionar uma forma alternativa de extinção dos créditos com partes relacionadas, inclusive mediante conversão de tais créditos em capital social da devedora, desde que sem impacto de caixa e qualquer tipo de desembolso para o Grupo OSX na liquidação de créditos com partes relacionadas e observando a estrutura mais adequada para o Grupo OSX sob a perspectiva societária, tributária e comercial.

- Readequação do plano de negócios da UCN Açú

A OSX revisou o plano de negócios relativo ao desenvolvimento da UCN Açú como parte do redimensionamento de suas atividades operacionais e adequação à sua nova realidade. Neste contexto, permanece em vigor o contrato de gestão de área celebrado com a PdA cujo objetivo é o gerenciamento da exploração comercial da área total de 3,2 milhões de metros quadrados onde está localizada a UCN Açú. Com a gestão desta área pela PdA, a

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

OSX Açú espera viabilizar o desenvolvimento da UCN Açú, assegurando a continuidade de suas operações e a geração de caixa para fazer frente às suas obrigações concursais e correntes.

As receitas auferidas pela OSX Açú, incluindo aquelas decorrentes da exploração da área mencionada e os eventuais recursos a que faz jus em razão da participação acionária detida na íntegra, são, obrigatoriamente, depositadas mensalmente em uma conta vinculada ao cumprimento do plano (conta centralizadora). Os recursos depositados na conta centralizadora são transferidos mensalmente para contas vinculadas, para fazer frente às obrigações, respeitada a ordem a descrita no plano.

- Alienação de outros bens do ativo não circulante

A OSX poderá promover a alienação e oneração de bens que integram seu ativo não circulante, conforme autorizado expressamente pelo Juízo da recuperação, observados os limites estabelecidos na Lei de Falências, no plano e nos demais contratos em vigor celebrados pelo Grupo OSX com os credores não sujeitos à recuperação judicial.

- Reestruturação societária

A OSX promoveu a reestruturação societária do Grupo OSX de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades tal como redimensionadas no contexto da Recuperação Judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação do Plano de Recuperação Judicial, sempre no melhor interesse do Grupo OSX e visando o sucesso do processo.

Histórico da falência da OSX Leasing Group B.V.

No dia 22 de dezembro de 2014, a Dommo Energia S.A., atual denominação de OGX Petróleo e Gás S.A., divulgou fato relevante comunicando a obtenção de decisão judicial em caráter liminar para reduzir o valor do *daily rate* do afretamento do FPSO OSX 3. A liminar foi concedida pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em face de OSX 3 Leasing B.V. (OSX 3L), na qualidade de proprietária da embarcação, bem como da Nordic Trustee Asa, na qualidade de cessionária de direitos decorrentes do afretamento da embarcação.

No dia 13 de março de 2015, a Dommo e a OSX 3L acordaram com a suspensão, pelo prazo de seis meses: (i) dos pagamentos devidos pela Dommo a título de contraprestação pelo afretamento da plataforma FPSO OSX 3 e (ii) de certas obrigações previstas nos contratos relacionados ao afretamento.

O prazo da suspensão acordado em 13 de março de 2015 findou-se e a Companhia não atingiu um acordo com os *bondholders* da OSX 3L, com o objetivo de encontrar uma forma de equacionar seus débitos e a solução mais favorável para o FPSO OSX 3. Sendo assim, no dia 27 de março de 2015, a Nordic apresentou, na Holanda, pedido de falência das sociedades OSX LG OSX 3 Holdco B.V. e OSX 3 Holding B.V. subsidiárias indiretas da Companhia.

No tocante à OSX LG, a administração da Companhia apresentou, perante a Justiça da Holanda, um pedido formal de suspensão de pagamentos, que foi provisoriamente deferido. O objetivo dessa suspensão de pagamentos foi permitir que a OSX LG reestruturasse a sua dívida e/ou apresentasse um plano a seus credores, sob supervisão da justiça holandesa e de um administrador específico. A suspensão de pagamentos envolveu somente as

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

obrigações da OSX LG.

Em 15 de julho de 2015, a Nordic, na qualidade de agente fiduciário dos detentores de *bonds* emitidos pela OSX 3L votou contra o deferimento definitivo do procedimento de suspensão de pagamentos concedido anteriormente à OSX LG, resultando na sua falência. Conseqüentemente, a Companhia passou a não mais deter controle ou influência nesses negócios. A liquidação dos ativos e passivos permanece sendo supervisionada pela justiça holandesa e gerida por um administrador específico.

O *Bare Boat Charter Agreement*, celebrado em 6 de março de 2012 e aditado em 12 de setembro de 2014 entre OSX 3L, OSX 3 Holding B.V. e a Dommo, cuja totalidade do saldo devedor em relação ao afretamento do FPSO OSX3 contra a Dommo correspondeu a US\$ 277.424.330,23, dos quais US\$ 250.816.374,13 corresponderam, em 30 de setembro de 2017 a R\$794.586, foram capitalizados na Dommo e a diferença foi paga pela Dommo aos bondholders da OSX 3L na forma prevista em acordo com credores. Nos termos do acordo, após a efetivação do aumento de capital, mediante a capitalização dos créditos e a entrega, pela Dommo, aos bondholders da OSX 3L das ações a que faziam jus e de eventual parcela em dinheiro decorrente do período do direito de preferência dos acionistas, os créditos restaram extintos, nada mais tendo tais bondholders a reclamar.

Para encerrar o processo de falência da OSX LG, é necessário, ainda, liquidar suas oito subsidiárias. O procedimento de liquidação pode ser feito de forma voluntária com o apoio oferecido pelo administrador Judicial da OSX LG.

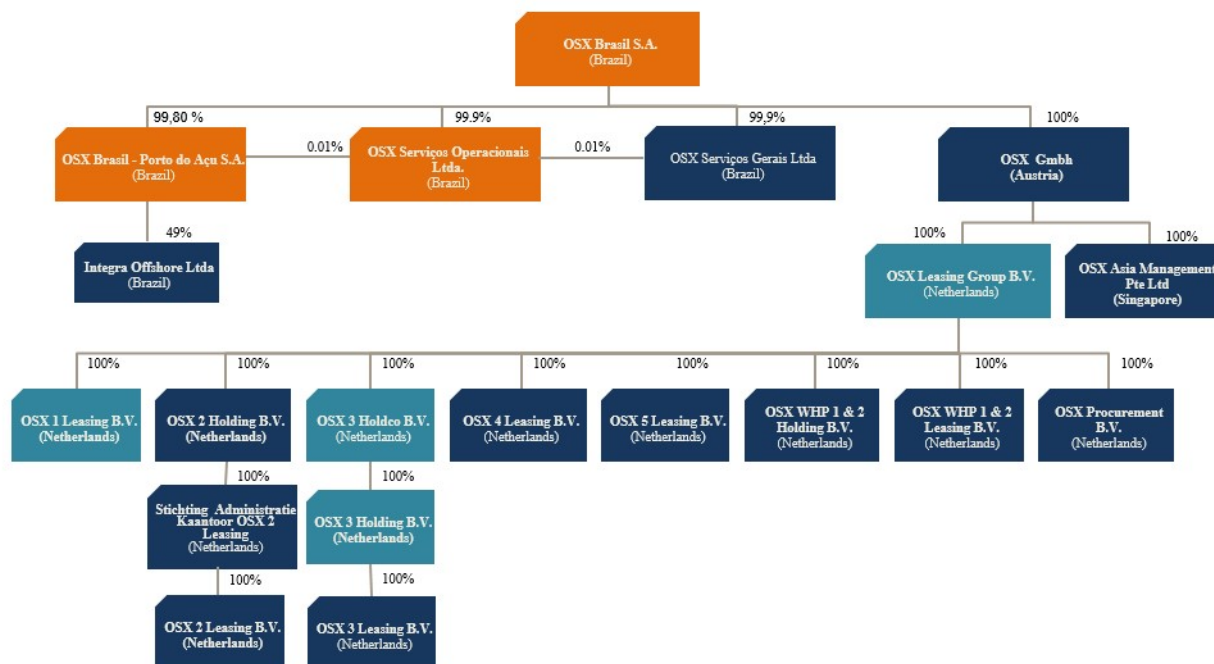
Os investimentos nas empresas offshore (OSX LG e subsidiárias) foram baixados em 2015 no balanço patrimonial consolidado da OSX, porém, até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não havia concluído sua reestruturação societária.

- Estrutura societária

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)



A estrutura laranja refere-se às sociedades empresárias requerentes, as em azul claro refere-se às sociedades empresariais com falência decretada e em azul escuro outras empresas operacionais do grupo.

COBRANÇA PdA – ARBITRAGEM – NOVA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 20 de janeiro de 2024, o Grupo OSX deu um passo importante para sua reestruturação ao emendar a tutela cautelar anteriormente apresentada, que havia suspenso por 60 dias a exigibilidade das obrigações financeiras do Grupo. Dessa forma, apresentou um novo pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Empresarial, conforme a Lei nº 11.101/2005, com o objetivo de proteger a Companhia contra atos que buscavam o vencimento antecipado das dívidas e assegurar a continuidade das suas operações.

Dois dias depois, em 22 de janeiro de 2024, o Juízo da 3ª Vara Empresarial acolheu o pedido e autorizou o processamento da recuperação judicial do Grupo OSX, representando um marco positivo na busca pela superação dos desafios financeiros e pela continuidade das atividades.

Posteriormente, em 20 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou os termos do Plano de Recuperação Judicial, que foi formalmente apresentado no processo de recuperação em curso (nº 0132006-60.2023.8.19.0001), na 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. O Plano traz medidas que visam não apenas a recuperação, mas também o fortalecimento futuro da Companhia, incluindo:

- (i) Equalização do passivo do Grupo OSX e reestruturação de seus créditos concursais, bem como créditos concursais aderentes que desejarem receber seus créditos nos termos do Plano de Recuperação Judicial, adequando-os à capacidade de pagamento do Grupo OSX.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

- (ii) Possibilidade de captação de novos recursos para recompor o capital de giro necessário para continuidade de suas atividades, pagamento dos custos de reestruturação e desenvolvimento do seu plano de negócios.
- (iii) Possibilidade de aumento do capital social da Companhia ou de outras sociedades do Grupo OSX mediante conversão de dívidas.

No final de novembro de 2024, mais precisamente no dia 26, a Companhia foi intimada de uma decisão cautelar proferida pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial, no âmbito de uma ação ajuizada pela Porto do Açú S.A. (Processo nº 0149430-81.2024.8.19.0001). A decisão determinou: (i) o afastamento dos administradores do Grupo OSX, (ii) a convocação de uma assembleia geral de credores para 17/12/2024, a fim de deliberar sobre a nomeação de um gestor judicial, e (iii) que os locatários da OSX efetuem os pagamentos dos aluguéis em conta judicial vinculada à recuperação judicial do Grupo.

Dois dias após, em 28 de novembro de 2024, a Companhia tomou conhecimento de nova decisão no mesmo processo, na qual o Juízo da 3ª Vara determinou: (i) a nomeação temporária de um administrador judicial para gerir o Grupo OSX, e (ii) a suspensão da assembleia geral de credores convocada para 17/12/2024, que deliberaria sobre a nomeação de um gestor judicial.

Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia foi intimada de uma decisão proferida na 3ª Vara Empresarial no âmbito do Processo nº 0132006-60.2023.8.19.0001, que deferiu a convocação da Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre o plano de recuperação judicial do Grupo OSX. A assembleia foi marcada para 24 de janeiro de 2025 (1ª convocação) e 31 de janeiro de 2025 (2ª convocação), com o edital de convocação a ser publicado oportunamente.

Já em 17 de janeiro de 2025, a Companhia tomou conhecimento de uma decisão da 12ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no Agravo de Instrumento nº 0000778-91.2025.8.19.0000, interposto pela Porto do Açú Operações S.A. A decisão determinou a suspensão da Assembleia Geral de Credores que estava prevista para 24 e 31 de janeiro de 2025, em decorrência de uma decisão anterior da 3ª Vara Empresarial, conforme divulgado em 17 de dezembro de 2024.

Por fim, em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia foi informada da disponibilização, pela 3ª Vara Empresarial, do edital de convocação da Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre o plano de recuperação judicial do Grupo OSX. A assembleia foi marcada para 14 de março de 2025 (1ª convocação), com quórum de mais da metade dos créditos de cada classe, e, caso o quórum não seja atingido, para 21 de março de 2025 (2ª convocação), sem exigência de quórum mínimo.

Na elaboração destas demonstrações financeiras, o Plano aprovado para a 1ª Recuperação Judicial continua sendo utilizado para fins de atualização e classificação de passivos entre concursais e extraconcursais, bem como, classificação entre passivos correntes e não correntes.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das Informações Financeiras Individuais e Consolidadas

a) Declaração de Conformidade com as Normas IFRS e as Normas do CPC

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações financeiras intermediárias dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informações suplementar para fins de IFRS.

b) Base de Mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado/patrimônio líquido e da propriedade para investimento.

As informações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia.

c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e Julgamentos

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das informações financeiras da Companhia.

O uso desses fatores é inerente e condição imprescindível na preparação das informações financeiras.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os eventos e estimativas relevantes são:

- Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional
- Nota Explicativa nº 9 – Propriedade para investimentos

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

- Nota Explicativa nº 17 - Provisão para Contingências

A evolução da situação financeira e a aprovação da Nova Recuperação Judicial da Companhia poderão afetar as estimativas realizadas pela Administração e consequentemente, os saldos contábeis apresentados nas demonstrações financeiras.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu em 28 de março de 2025 pelo Gestor Judicial.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes, próprias das informações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

e) Procedimentos de Consolidação

Em 31 de dezembro de 2024, a OSX possui as seguintes empresas controladas com participação direta e/ou indireta:

Empresas sediadas na Cidade e Estado do Rio de Janeiro

- OSX Açú

Constituída em 28 de julho de 2009, tem como objeto social original as atividades de construção, reparo, montagem, integração e venda de unidades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás natural, estruturas e equipamentos correlatos, para fornecimento ao mercado de petróleo e gás natural do Brasil. No ano de 2021, de forma a expandir o potencial de atividades na área da OSX Açú foram inseridas as atividades de administração de infraestrutura portuária e atividades de operador portuário, entre outras. Atualmente este segmento de negócios está dedicado ao aluguel de áreas e desenvolvimento de negócios no Porto do Açú para clientes.

- OSX Serviços

Constituída em 25 de novembro de 2009, tem como objeto social a prestação de serviços de operação e manutenção de unidades marítimas ligadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, tais como, mas não limitada a, Plataformas Fixas de Produção e/ou Perfuração, unidades Flutuantes de Perfuração ou de Produção, unidades tipo FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading) e unidades do tipo FSO (Floating, Storage and Offloading), além da prestação de serviços de engenharia, incluindo consultoria em engenharia básica, engenharia de detalhamento, FEED (Front End Engineering Detail), e de serviços de consultoria no setor de equipamentos marítimos para atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Atualmente este segmento está inoperante.

- OSX Serviços Gerais Ltda. (“OSX Serviços Gerais”)

Constituída em 28 de janeiro de 2011, tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como a prestação de fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controladora ou outras sociedades sob controle comum. Atualmente este segmento está inoperante.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Empresas sediadas no exterior

- OSX GmbH (“OSX GmbH”)

Constituída em 22 de outubro de 2009, através da aquisição do capital social da BVSARANTATRIABeteiligungsverwaltungGmbH, uma sociedade existente e constituída de acordo com as leis austríacas, sediada na Áustria, passando a se denominar OSX GmbH em 19 de novembro de 2009. A empresa tem como objeto social participar em outras sociedades. Atualmente este segmento está inoperante.

- OSX Asia Management Pte. Ltd.

Constituída em 05 de abril de 2012, de acordo com as leis asiáticas, sediada em Cingapura, que tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura. Atualmente este segmento está inoperante.

Empresas consolidadas

A seguir, os percentuais de participação que a OSX possui em suas empresas controladas, os quais, exceto a Integra cujo resultado é reconhecido por equivalência patrimonial, são todos consolidados:

	Percentual de participação	
	31/12/2024	31/12/2023
Controladas diretas		
OSX Açú	99,80%	99,80%
OSX Serviços	99,99%	99,99%
OSX Serviços Gerais	99,99%	99,99%
OSX GmbH	100,00%	100,00%
Controladas indiretas		
OSX Asia Management Pte. Ltd.	100,00%	100,00%

Descrição dos Principais Procedimentos de Consolidação

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de despesas e receitas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas.
- As flutuações de moeda referentes a ativos monetários intercompanhias são

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

reconhecidas como variação cambial na demonstração do resultado da entidade que reporta a informação.

iv) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (ou prejuízos) acumulados das empresas controladas.

v) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do período e do patrimônio líquido que não é detida pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidado e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

vi) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para as informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as informações financeiras da Companhia.

g) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Recentemente, foram emitidas algumas normas, alterações, interpretações e orientações contábeis adicionais. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma dessas normas e não espera que as normas já emitidas, mas ainda não em vigor, resultem em impacto material nas demonstrações financeiras de períodos futuros.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Base de Consolidação

(i) Participação de Acionistas não Controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(iii) Perda de Controle

Quando da perda de controle, a Companhia não reconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em Entidades Contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras consolidada e individual incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do período e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(v) Transações Eliminadas na Consolidação

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompanhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda Estrangeira

(i) Transações em Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

(ii) Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de eventuais operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do período e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Investimentos

A Companhia detém o controle ou influência significativa de todas as suas subsidiárias, conforme apresentado na nota explicativa nº 7. Desta forma, seus investimentos são avaliados por equivalência patrimonial.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração.

Registrado pelo custo histórico e de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução do valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Não houve alteração significativa na vida útil dos bens que estão sujeitos a depreciação.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

(iii) Redução ao Valor Recuperável - *Impairment*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

f) Propriedade para Investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimento e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Vide Nota Explicativa nº 9.

g) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 requer a apresentação dos arrendamentos operacionais no Balanço Patrimonial das Companhias arrendatárias, como custo de amortização dos ativos objetos de direito de uso e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas vigentes à época da contratação dessas transações, sendo este contabilizado na despesa financeira.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa mensurada como mais adequada ao mercado no momento de atualização e revisão das premissas adotadas para o cálculo. O ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento. A Companhia aplica a isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor.

h) Ativos Não Financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

i) Instrumentos Financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos em conformidade com o IFRS 9 e CPC 48 no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, decrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. Clientes e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificados nesta categoria.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros, ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

(iii) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Ativos Financeiros Não-Derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perdas de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais.
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no valor justo abaixo do seu custo.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(v) Passivos Financeiros Não Derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

j) Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado no momento da sua realização, para as receitas provenientes dos contratos de locação firmados, as quais são reconhecidas no resultado pelo método linear conforme os respectivos prazos contratuais e da sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, do período corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil) anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social contabilizados no resultado são formados pela despesa corrente destes tributos, e, também, pelo diferido líquido que é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias ativas e passivas, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

Para as empresas no exterior, o imposto de renda e a contribuição social, do período corrente e diferido, são calculados, onde aplicável, com base nas respectivas alíquotas vigentes na data das informações financeiras individuais e consolidadas.

n) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período apresentado.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

o) Informações por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são relatados à Administração incluem não apenas os itens diretamente atribuíveis ao segmento, como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

p) Demonstração de Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) (IAS 07) “Demonstração dos Fluxos de Caixa”, emitido pelo CPC.

q) Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	3	3	431	23
Aplicações Financeiras	183	4	183	2.118
	<u>186</u>	<u>7</u>	<u>614</u>	<u>2.141</u>

5. Clientes

O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2024 é representado por montantes oriundos das operações de locação da área do cais e adjacentes do Porto do Açú.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de locação	6.073	6.235
Outros	-	378
	6.073	6.613

6. Tributos a Recuperar

Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por Saldo Negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a Receita Federal, conforme previsto em lei.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ Saldo Negativo	2.463	2.243	2.588	2.372
IRRF período em curso	2	91	47	270
IRRF Mútuo	-	-	2	85
CSLL Base negativa	1.891	1.788	1.891	1.788
Outros créditos	16	2	18	4
	4.372	4.124	4.548	4.519

7. Investimentos

a) Participações Societárias Diretas

Controladas diretas	Participação	Quantidade de ações/quotas (mil)	31/12/2024		Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício
			Ativo	Passivo			
OSX Açú	99,80%	45.611.593	1.432.060	9.364.737	(7.932.677)	(64.419)	(1.517.467)
OSX Serviços Operacionais	99,99%	36.180	124.963	202.286	(77.323)	-	17.872
OSX Serviços Gerais	99,99%	1.000	6.642	4.543	2.099	-	203
OSX GmbH	100,00%	-	747	21.596	(20.849)	-	447

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

31/12/2023							
Controladas diretas	Participação	Quantidade de ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício
OSX Açú	99,80%	45.611.593	2.395.577	8.014.788	(6.415.210)	45.246	(1.166.507)
OSX Serviços Operacionais	99,99%	36.180	111.641	206.835	(95.194)	-	(16.706)
OSX Serviços Gerais	99,99%	1.000	6.334	4.448	1.896	-	216
OSX GmbH	100,00%	-	475	16.435	(15.960)	-	(829)

b) Participações Societárias Indiretas

31/12/2024							
Controladas/Investidas indiretas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício	
OSX Asia	100,00%	-	9.797	(9.797)	-	(106)	
Integra Offshore Ltda.	49,00%	42.286	36.117	6.169	-	(75)	

31/12/2023							
Controladas/Investidas indiretas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício	
OSX Asia	100,00%	-	7.586	(7.586)	-	(3.265)	
Integra Offshore Ltda.	49,00%	42.465	36.221	6.244	-	389	

c) Movimentações - Controladora

Controladas	31/12/2023		Adições / Baixas	Equivalência patrimonial	31/12/2024	
	31/12/2023 Investimento	Passivo a descoberto			Passivo a descoberto	31/12/2024 Investimento
OSX Açú	-	(6.402.592)	-	(1.514.482)	(7.917.074)	-
OSX Serviços Operacionais	-	(95.185)	-	17.869	(77.317)	-
OSX Serviços Gerais	1.896	-	-	203	-	2.099
OSX GmbH	-	(15.951)	(4.444)	447	(19.948)	-
Total	1.896	(6.513.728)	(4.444)	(1.495.964)	(8.014.338)	2.099

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

d) Participação em Entidade de Propósito Específico - EPE

A Companhia mantém participação em uma EPE, em que são consolidadas às informações financeiras da Companhia. A EPE OSX Asia Management Pte Ltd. é uma sociedade criada de acordo com as leis de Cingapura e suas atividades estão descritas na Nota Explicativa nº 3 (a) – Base de Consolidação.

A controlada OSX Açú detém participação de 49% do capital votante e total da empresa Integra Offshore Ltda. (“Integra”). Conforme o CPC 19, por não possuir o controle da subsidiária, a participação está avaliada como equivalência patrimonial representando o montante de R\$3.023 em 31 de dezembro de 2024 e R\$3.059 em 31 de dezembro de 2023.

e) Garantias Concedidas em Favor das Controladas e Coligadas

As garantias concedidas em favor de controladas e coligadas estão descritas na Nota Explicativa nº 16 - Partes Relacionadas.

8. Imobilizado

a) Composição dos Saldos

	Taxa de depreciação a.a.%	Controladora			31/12/2023
		31/12/2024		Líquido	Líquido
		Custo	Depreciação acumulada		
Móveis e utensílios	10	36	(5)	31	13
Equipamentos de informática	20	172	(116)	56	64
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	145	(66)	78	40
		353	(187)	165	117

	Taxa de depreciação a.a.%	Consolidado			31/12/2023
		31/12/2024		Líquido	Líquido
		Custo	Depreciação acumulada		
Móveis e utensílios	10	788	(727)	62	47
Máquinas e equipamentos	10	500	(118)	382	421
Equipamentos de informática	20	512	(386)	126	130
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	145	(66)	79	40
Instalações gerais	10	249	(196)	53	61
		2.194	(1.492)	703	699

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

9. Propriedade para Investimento

No final do ano de 2024 a empresa Meden Consultoria Empresarial Ltda. foi nomeada pela OSX Açú para elaboração do laudo avaliação a valor justo de sua Propriedade Para Investimento, para fins de atendimento ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 28 – Propriedade Para Investimento. A avaliação utilizou uma combinação entre a abordagem da renda e de mercado, pelas metodologias da capitalização de renda e método comparativo direto, respectivamente, para concluir sobre o valor da Propriedade para Investimento da OSX Açú na data-base de 30 de setembro de 2024.

Foram utilizados, dentre outras, as seguintes informações e documentos:

- Relatórios gerenciais e projeções econômicas;
- Planta de situação da propriedade;
- Contratos de arrendamento firmados entre a Companhia e seus clientes;
- Visita técnica.
- Outras informações disponibilizadas, inclusive de forma verbal através de reuniões e discussões técnicas com a Administração da Companhia.

Horizonte de Projeção

A avaliação das áreas da OSX Açú foi realizada considerando um fluxo de caixa projetado para 68 (setenta e oito) anos e 3 meses, correspondente ao prazo do contrato de arrendamento da área com a Porto do Açú S.A. (Antiga LLX). Após esse período a projeção foi encerrada.

Taxa de desconto

Os valores projetados foram descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto real de 9,66% a.a.

Metodologia de Avaliação

Considerando as especificidades do ativo avaliado, na presente avaliação foram consideradas duas metodologias, em conjunto, para se determinar o valor justo da Propriedade para Investimento.

A metodologia utilizada foi a conjugação do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM) e do Método do Fluxo de Caixa Descontado. O MCDDM foi utilizado levantando-se áreas de terminal e/ou retroareas em outros complexos portuários para definir o valor de arrendamento com base no mercado atual. Já o Fluxo de Caixa descontado realizou a projeção dos valores de arrendamento no fluxo de caixa, trazido a valor presente líquido, por uma taxa de desconto adequada. Esse método define o valor do imóvel por meio da comparação com dados mercadológicos de imóveis semelhantes.

A taxa de desconto utilizada no fluxo, foi a da metodologia Weighted Average Cost of Capital (WACC – Custo Médio Ponderado de Capital) composta pela ANTAQ.

O valor presente do fluxo de caixa foi calculado com base em uma projeção que considera uma ocupação do Porto do Açú baseada no atual desenvolvimento de prospecção de novos parceiros interessados em estabelecer-se na área, descontado a uma taxa apropriada que leva

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

em consideração informações históricas e atuais do mercado e o setor de atuação da Companhia.

Com base nas análises realizadas e procedimentos descritos anteriormente, foi estimado um *impairment* de R\$970.480 (novecentos e setenta milhões e quatrocentos e oitenta mil) para a propriedade para investimento no exercício de 2024.

	Valor justo em 31/12/2023	Desvalorização	Valor justo em 31/12/2024
Propriedade para investimento	1.976.784	(970.480)	1.006.305
	1.976.784	(970.480)	1.006.305

A propriedade para investimento é avaliada anualmente.

10. Direito de Uso

Direito de uso – Arrendamento - CPC 06 (R2) - IFRS 16

Porto do Açú

A OSX Açú detém contrato de concessão para exploração da superfície da área do Porto do Açú, em caráter oneroso, de uma área de 3.200.000m², celebrado em 21 de dezembro de 2012 com a PdA. Como contraprestação pela Cessão do Uso, bem como pela concessão do Direito de Superfície, conforme o caso, sendo certo que caberá à OSX Açú pagar à PdA mensalmente a contraprestação da cessão do uso ou concessão do direito de superfície no valor de R\$2.363 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil reais). O valor dessa contraprestação é fixo e vem sendo ajustado anualmente em 1º de julho, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (IGP-M). O prazo do contrato é de 40 anos, contados a partir da data da assinatura, sendo então vigente até 21 de dezembro de 2052 com renovação automática por mais 40 anos podendo ser cancelado a critério da Companhia. Em janeiro de 2019, o valor da contraprestação era de R\$3.556 (três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais).

Importante ressaltar que em 20 de setembro de 2018 o grupo OSX e a Porto do Açú celebraram Termo de Compromisso e Standstill, abstendo-se a PdA de adotar qualquer medida, judicial ou extrajudicial, para exigir do Grupo OSX qualquer das Obrigações do Grupo OSX perante a Porto do Açú, inclusive e, sem se limitar: requerer o vencimento antecipado das Debêntures ou a falência do Grupo OSX; requerer a excussão de garantias; exigir o pagamento de Aluguéis Diferidos ou de aluguéis da Área ou outras obrigações pecuniárias que viessem a vencer durante o Período de Standstill.

Cumprido ressaltar que durante o período de 15 de setembro de 2018 até 19 de outubro de 2023 o Standstill perdurou, ficando o valor do aluguel da área do Porto do Açú suspenso de atualizações durante o referido período.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Escritório Rio

A OSX detém contrato de arrendamento do escritório onde fica a sede da Companhia no Rio de Janeiro. O valor acordado mensalmente foi de R\$18 sendo ele reajustado anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (IGP-M).

Movimento do período, demonstrado abaixo:

	Controladora (Escritório Rio)		Porto do Açu		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Direito de Uso						
Direito de uso	489	478	444.647	434.259	445.133	434.736
Amortização	(348)	(149)	(76.761)	(63.862)	(77.109)	(64.009)
	<u>142</u>	<u>329</u>	<u>367.885</u>	<u>370.397</u>	<u>368.027</u>	<u>370.727</u>
Passivo Circulante						
Direito de uso	(157)	(225)	(427.046)	(385.836)	(427.204)	(386.061)
AVP do Direito de uso	5	27	1.904	1.859	1.910	1.886
	<u>(152)</u>	<u>(198)</u>	<u>(425.142)</u>	<u>(383.977)</u>	<u>(425.294)</u>	<u>(384.175)</u>
Passivo Não Circulante						
Direito de uso	-	(150)	(1.099.542)	(1.112.995)	(1.099.542)	(1.113.145)
AVP do Direito de uso	-	29	720.272	739.662	720.272	739.691
	<u>-</u>	<u>(121)</u>	<u>(379.271)</u>	<u>(373.333)</u>	<u>(379.271)</u>	<u>(373.455)</u>
Composição do passivo circulante bruto:						
Vencidos de agosto de 2015 a dezembro de 2018 (*)	-	-	(133.438)	(133.438)	(133.438)	(133.438)
Vencidos de janeiro de 2019 a dez 2024/2023 (*)	-	-	(252.885)	(212.648)	(252.885)	(212.648)
A vencer nos próximos 12 meses	(157)	(225)	(40.724)	(39.750)	(40.881)	(39.975)
	<u>(157)</u>	<u>(225)</u>	<u>(427.046)</u>	<u>(385.836)</u>	<u>(427.204)</u>	<u>(386.061)</u>

(*) Do saldo circulante, o montante de R\$ 386.323 encontra-se vencido em 31 de dezembro de 2024. De acordo com o contrato de standstill assinado em 20 de setembro de 2018, não são provisionados juros e mora por atraso. Conforme destacado na nota explicativa nº 1, a PdA notificou a Companhia informando que não prorrogaria o “período do Standstill”.

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, caso a Companhia não tivesse adotado o CPC 06(R2) e sim estivesse adotando o modelo recomendado pelas áreas técnicas da CVM – “fluxo nominal x taxa nominal”, demonstraremos na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, com o valor do aluguel sofrendo anualmente atualização pelo IGPM.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Nesse caso, o movimento no período seria:

	Controladora (Escritório Rio)		Porto do Açu		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Direito de Uso						
Direito de uso	496	486	756.405	570.494	756.900	570.980
Amortização	(205)	(151)	(133.483)	(83.896)	(133.688)	(84.047)
	291	335	622.921	486.597	623.212	486.933
Passivo Circulante						
Direito de uso	(157)	(228)	(427.861)	(386.647)	(428.017)	(386.875)
AVP do Direito de uso	6	30	1.960	1.914	1.965	1.944
	(151)	(198)	(425.901)	(384.733)	(426.052)	(384.931)
Passivo Não Circulante						
Direito de uso	-	(157)	(2.024.398)	(2.088.045)	(2.024.398)	(2.088.205)
AVP do Direito de uso	-	30	1.444.381	1.522.044	1.444.381	1.522.074
	-	(127)	(580.017)	(566.001)	(580.017)	(566.130)

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários	77	56	80	59
Encargos sobre folha de pagamento	347	219	636	279
Provisão de férias	46	42	163	133
Acordos trabalhistas a pagar	-	27	-	876
Encargos sobre acordos trabalhistas	-	-	103	327
	470	344	982	1.674

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores concursais (i)	26.132	25.673	1.492.406	1.360.485
Fornecedores extraconcursais (ii)	4.702	295	6.340	799
Provisão de fornecedores extraconcursais (ii)	-	59.024	-	59.025
	30.834	84.992	1.498.746	1.420.309
Circulante	4.702	59.319	6.340	59.824
Não circulante	26.132	25.673	1.492.406	1.360.485

- (i) Estão associados aos valores a pagar listados no quadro de credores do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de credores em 17 de dezembro de 2014. Dentre os principais fornecedores, destacamos: Acciona Infraestruturas S.A, AGF Engenharia e SPE Central de Utilidades Rio S.A. Em 31 de dezembro de 2024, com base nas previsões do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia realizou a correção monetária pelo IPCA dos valores listados no Quadro Geral de Credores. O pagamento dos credores da RJ inicia-se em janeiro de 2026 na ordem prevista no plano.
- (ii) Referem-se a valores a pagar e provisões de fornecedores nacionais e estrangeiros extraconcursais. No decorrer do ano de 2024, foi feita a reversão das provisões tendo em vista sua prescrição.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações da empresa relativas a impostos, taxas e contribuições da Companhia.

As obrigações fiscais possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/12/2024	31/12/2023	30/12/2024	31/12/2023
Impostos em Dívida Ativa (i)	118.032	-	329.576	196.573
IPTU (ii)	-	-	6.765	10.390
ISS faturamento	-	-	31	-
PIS/COFINS/CSLL retidos de terceiros	515	495	5.535	5.338
IRPJ	2.220	1.203	6.258	4.833
Parcelamentos Tributários - PGFN	-	153	178	607
ICMS	-	-	4.359	2.144
ISS Terceiros	-	8	-	1.806
PIS/COFINS Faturamento	2	-	1.202	527
IOF	480	480	982	929
CSLL	802	434	2.356	1.397
Imposto s/ Importação	55	34	309	277
INSS	1	114	223	294
IRRF	17	10	144	69
Outros	24	26	89	379
	122.148	2.957	358.007	225.563

(i) Representa os impostos em dívida ativa municipal e federal que englobam os tributos não pagos e negativados de IPTU, PIS, COFINS, IOF, IRPJ e CSLL das controladas OSX Açú, OSX Serviços Operacionais e OSX Serviços Gerais. No exercício, houve um aumento de R\$ 118 milhões na OSX Brasil relacionado a negatificação de causas judiciais referentes ao IRPJ e CSLL de 2011 que estavam classificadas em contingências possíveis pela companhia (ver nota explicativa nº 17 (iii)).

(ii) Representa o valor em aberto de IPTU da OSX Açú perante a Prefeitura de São João da Barra.

14. Empréstimos e Financiamentos

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia:

Instituições financeiras	Vencimento	Taxa de juros	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
BTG Pactual	(*)	CDI + 2,00%	427.236	377.733
Caixa Econômica Federal/FMM	(**)	TJLP + 4,00%	1.877.487	1.691.214
Total de empréstimos e financiamentos			2.304.722	2.068.947
(-) Custo de transação a apropriar Caixa Econômica/FMM			(8.447)	(9.441)
			(8.447)	(9.441)
Total de empréstimos e financiamentos com custos de transação a apropriar			2.296.276	2.059.506

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Fianças BTG

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fianças a pagar	101.852	90.511
	101.852	90.511

(*) Após o pagamento das obrigações referentes às Debêntures e Contrato FMM-CEF, conforme definido no Plano de Recuperação Judicial, serão pagos os Credores Quirografários por Fiança, Aval ou Obrigação Solidária.

(**) Após o pagamento das Debêntures 1ª, 3ª e 5ª séries, será paga a parcela anual do Contrato FMM-CEF conforme termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial.

Em 27 de abril de 2012, a OSX Açú recebeu R\$400.000 em uma linha de empréstimo-ponte junto à CEF, destinada à implantação da UCN Açú.

O prazo de pagamento era de 18 meses, com vencimento previsto contratualmente em 19 de outubro de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou com recursos dos primeiros desembolsos do empréstimo de longo prazo com repasse do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), para o qual a UCN Açú recebeu prioridade de financiamento em junho de 2011.

A CEF aprovou a extensão do vencimento para 19 de outubro de 2014 e o contrato de garantia desse empréstimo, firmado com o Banco Santander S.A. (“Santander”), também foi aditado pelo mesmo prazo.

Em 28 de dezembro de 2012, foi repassado pela CEF o montante de R\$627.000, indexado ao dólar, à taxa de 3,45% ao ano, carência de 36 meses, 216 amortizações e vencimento em junho de 2033, referente ao primeiro desembolso do Contrato de Financiamento nº 0385.755-63 com repasse do FMM, firmado em 14 de junho de 2012 (“Contrato de Financiamento”).

O acionista controlador da OSX é avalista deste empréstimo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17 - Partes relacionadas, item 17.3 (ii). A CEF possui como garantias ações, ativos e o direito de exploração do terreno localizado no Porto do Açú.

No dia 17 de dezembro de 2014, a OSX Açú teve o seu Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores, sendo a aprovação em 19 de dezembro de 2014. Com a aprovação do referido plano, a dívida que a OSX Açú possuía junto à CEF referente ao empréstimo-ponte, garantida pelo Santander, passou a ser regida pelos termos previstos no Plano de Recuperação Judicial.

Em 30 de janeiro de 2015, foi celebrado entre a OSX Açú e a CEF o Primeiro Aditivo ao Contrato de Financiamento, que previu a mudança do indexador da dívida de dólar para TJLP mais 3,45% e novos prazos de carência – 24 meses a contar do dia 19 de dezembro de 2014 - e amortização – 240 meses a contar do final do período de carência.

Em 30 de janeiro de 2015, OSX Açú e Banco BTG Pactual S.A., por meio de Contrato Para Prestação de Fiança, acordaram em emitir Carta de Fiança, com vencimento em 60 meses da emissão da Fiança, com objetivo de garantir o pagamento das obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Financiamento relativo ao repasse do Fundo da Marinha

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Mercante.

Em 18 de dezembro de 2015, a OSX Açú emitiu debêntures com as datas de emissão retroativas. Os débitos concursais com Votorantim, Santander e Prumo Logística S.A foram convertidos em debêntures conforme previsto no Plano, vide Nota Explicativa nº 16.

Em 04 de abril de 2018, vista a necessidade de adequação de certas cláusulas do Contrato de Financiamento, foi celebrado Segundo Termo Aditivo que, dentre outras modificações, altera o percentual de juros aplicados sobre o valor do subcrédito vinculado ao conteúdo importado do financiamento – aproximadamente 11% do valor total dos créditos – para 4% ao ano, mantendo os juros sobre o subcrédito vinculado ao conteúdo nacional em 3,45% ao ano e o prazo de carência, que passa a ser de 48 meses a contar do dia 28 de dezembro de 2012, não alterando assim a data efetiva de final da carência.

Vale ressaltar que o montante disponível no valor de R\$159.000 mil perante o Banco BTG Pactual, referente à Fiança prestada em razão do Contrato de Financiamento celebrado entre a CEF e a OSX Açú, se esgotou em janeiro de 2020, sendo certo que o valor residual será pago na forma do Plano.

O montante referente a R\$93.287 corresponde ao saldo atualizado da fiança do empréstimo entre o Banco BTG e a OSX Açú.

15. Debêntures

Em 18 de dezembro de 2015 a OSX Açú emitiu debêntures com as datas de emissão retroativas conforme quadro abaixo. Os débitos concursais com Votorantim, Santander e Prumo Logística S.A. (“Prumo”) foram convertidos em debêntures, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta os seguintes saldos:

Série	Consolidado			
	Data de emissão	Taxa de juros (a.a.)	31/12/2024	31/12/2023
1ª Série (i)	15/01/2016	CDI + 2,00%	45.250	40.008
2ª Série (ii)	08/01/2015	CDI	2.533.469	2.285.085
3ª Série (iii)	15/01/2016	CDI + 2,00%	27.627	24.424
4ª Série (iv)	08/01/2015	CDI	1.746.562	1.575.307
5ª Série (v)	15/01/2016	CDI + 2,00%	5.466	4.833
6ª Série (vi)	11/11/2013	CDI + 1,80%	66.716	60.174
Total			4.425.090	3.989.831

- (i) Debêntures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com novos recursos (DIP).
- (ii) Debêntures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com créditos concursais.
- (iii) Debêntures subscritas pela Prumo com novos recursos (DIP).
- (iv) Debêntures subscritas pela Prumo com créditos concursais / extraconcursais.
- (v) Debêntures subscritas pelo Santander com novos recursos (DIP).
- (vi) Debêntures subscritas pelo Santander com créditos concursais.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Compra Parcial dos Créditos do Banco Votorantim e Banco Santander pela Wessel FIDC.

Em 18 de junho de 2024, o Wessel FIDC firmou um contrato de cessão de crédito que envolveu as Debêntures OSX da 2ª Série originalmente emitidas pelo Banco Votorantim. Nesta operação, o preço unitário das debêntures foi fixado em R\$ 2.190,059060 na data de 19 de janeiro de 2024, data em que os valores foram atualizados. Com a aquisição de 588.397 unidades, o fundo passou a deter um crédito total de R\$ 1.288.624.180,72, enquanto o restante dos créditos (referentes às Debêntures da 1ª Série) continuou constando em nome do Votorantim.

Em 18 de julho de 2024, uma operação similar ocorreu com os créditos do Banco Santander. Por meio de cessão de crédito, o Wessel FIDC adquiriu parte dos direitos relativos a duas séries: 461.400 unidades das Debêntures OSX da 2ª Série e 23.310 unidades das Debêntures OSX da 6ª Série. Os preços unitários fixados foram, respectivamente, R\$ 2.190,059060 para a 2ª Série e R\$ 2.950,682104 para a 6ª Série. Essa aquisição totalizou R\$ 1.079.273.650,12, mantendo, contudo, os créditos vinculados às Debêntures da 1ª e 5ª Séries sob a titularidade original do Santander.

Com a formalização das cessões, os valores dos créditos adquiridos passaram a ser corrigidos até 19 de janeiro de 2024, o que gerou uma disparidade entre os créditos já transferidos ao Wessel FIDC e aqueles que ainda constavam na relação de credores do administrador judicial. Diante dessa situação, o Wessel FIDC ingressou com a impugnação de crédito para que se proceda à individualização e retificação do titular dos créditos adquiridos, ajustando, assim, a lista de credores apresentada no âmbito do processo de recuperação judicial.

Até o presente momento a Wessel aguarda a decisão nos autos da impugnação de crédito n° 0100239-67.2024.8.19.0001, na qual a impugnante requer a individualização e retificação do titular e correção do crédito previsto na relação dos credores.

As debêntures 1ª Série, 3ª Série e 5ª Série foram emitidas com prazo de 10 anos renováveis pelo mesmo período. As debêntures 2ª Série, 4ª Série e 6ª Série foram emitidas com prazo de 20 anos renováveis pelo mesmo período.

A OSX Açú e a Prumo, celebraram através de um acordo assinado em 31 de outubro de 2011 os termos ajustados entre as partes quanto à instalação da UCN Açú. O mencionado acordo consolida entendimentos quanto à cessão onerosa, pela Prumo à OSX Açú, da área de implantação da UCN Açú, além de fixar parâmetros quanto à realização de benfeitorias e obras de “customização” no local, incluindo a implantação de um canal de acesso marítimo em área situada no entorno daquela onde será instalada a UCN Açú. Nesse contexto, cabia à OSX Açú o pagamento de contraprestação fixa à Prumo, na época, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN Açú, no valor equivalente, em reais, a USD5,00 (cinco dólares norte-americanos) por metro quadrado por ano, pelo prazo de 40 anos, renováveis por mais 40 anos. Além disso, a OSX Açú participaria em (i) investimentos relativos à obra do Canal; (ii) despesas de infraestrutura do Complexo, calculadas de acordo com o seu aproveitamento; e (iii) rateio das despesas de manutenção da infraestrutura do

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Complexo.

Em dezembro de 2015, todo o crédito da Prumo foi convertido nas debêntures acima referidas (3ª e 4ª séries). Dessa forma, todo o crédito, incluindo os créditos pré-concursais, vem sendo atualizado nos termos das debêntures a partir de 8 de janeiro de 2015.

16. Partes Relacionadas

16.1 Controladora e Consolidado

O controle da Companhia é exercido pela Centennial Asset Mining Fund LLC (“CAMF”) e por Eike Fuhrken Batista, que, conjuntamente, detêm aproximadamente 49,42% das ações ordinárias. A CAMF é controlada por Eike Fuhrken Batista.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e ligadas, foram conforme se descreve a seguir:

a) Empresas Ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas, com as quais mantém alguma transação: CAMF, EBX Investimentos Ltda., EBX Holding Ltda. (em conjunto “EBX”), AVX Táxi Aéreo Ltda. (“AVX”), OSX Açú, OSX Serviços, SIX Automação S.A. (“SIX Soluções”). Sobre esses valores não incidem juros. Não há movimentação financeira com empresas fora do Grupo OSX.

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Centennial	-	-	(51.665)	(51.665)	-	-
Eike Batista	-	-	(19.725)	(19.725)	-	-
Six Soluções (iv)	-	-	(15.945)	(15.945)	-	-
OSX Açú	60.240	64.659	(28.774)	(18.840)	-	-
OSX Serviços Operacionais (ii)	46.468	44.186	(124.626)	(111.385)	-	-
OSX Serviços Gerais	1	-	(6.575)	(6.277)	-	-
OSX Asia	19	-	-	-	-	-
AVX (iii)	-	-	(303)	(303)	-	-
OSX Leasing Group	-	-	(58.818)	(58.818)	-	-
Instituto EBX	-	-	(438)	(438)	-	-
EBX (i)	-	-	(11.133)	(11.133)	-	-
OSX GMBH	4.453	3.849	(57)	(42)	-	-
OSX Procurement	-	-	(19)	(19)	-	-
	111.179	112.694	(318.078)	(294.592)	-	-
Circulante	-	-	308.068	284.582	-	-
Não Circulante	111.179	112.694	10.010	10.010	-	-

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Centennial	-	-	(51.665)	(51.665)	-	-
Eike Batista	-	-	(19.725)	(19.725)	-	-
EBX (i)	-	-	(16.989)	(16.989)	-	-
AVX (iii)	-	-	(303)	(303)	-	-
OSX Procurement	-	-	(5.916)	(4.638)	-	-
Instituto EBX	-	-	(438)	(438)	-	-
SIX Soluções (iv)	-	-	(18.208)	(18.208)	-	-
OSX Leasing Group	-	-	(67.707)	(65.755)	-	-
Integra	-	-	(4.014)	(4.014)	-	-
LLX Açú Oper. Port. SA (v)	-	-	(1.426)	(1.426)	-	-
	-	-	(186.390)	(183.161)	-	-
Circulante	-	-	164.845	161.616	-	-
Não Circulante	-	-	21.545	21.545	-	-

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, relativos as operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras diretas e indiretas e com empresas ligadas para os respectivos tipos de operações conforme descrito abaixo:

- (i) Refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos e serviços administrativos firmados entre a OSX e suas controladas, a EBX Investimentos Ltda. e a EBX Holding Ltda. (“EBX”), por meio do qual estas empresas executavam serviços de administração de caixa e administração financeira, serviços legais, seguros e auditorias internas, governança corporativa, comunicação, compras e recursos humanos, entre outros. Mensalmente a EBX realizava a medição e calculava o valor das atividades sujeitas aos custos compartilhados efetivamente utilizados pela Companhia, com base em *timesheet* efetuando cobrança por meio de notas de negociação. Esse contrato foi extinto no início de 2015.
- (ii) Refere-se a contas a receber que a OSX tem com a OSX Serviços, referente aos rateios de custos, conforme contrato de acordo de custos administrativos compartilhados.
- (iii) Refere-se a serviços prestados pela AVX relativos à utilização de táxi aéreo.
- (iv) Refere-se ao saldo de contas a pagar que OSX Açú possui com a SIX, relativo aos serviços prestados de integração, implementação e suporte de software.
- (v) Refere-se ao acordo de compartilhamento de custos administrativos firmado entre as companhias.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

16.2 Garantias

- i. Garantia Bancária, prestada pela OSX Açú, emitida pelo Banco BTG Pactual à CEF, no montante de R\$159.000, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante. A OSX está vinculada como devedora solidária da OSX Açú. Vale ressaltar que a referida garantia se esgotou em janeiro de 2020, sendo certo que o valor residual será pago na forma do Plano de Recuperação Judicial.
- ii. Carta de Fiança, prestada pela OSX Açú, emitida pelo Sr. Eike Fuhrken Batista à CEF, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante no montante da totalidade da dívida.

16.3 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Desta forma, os montantes referentes à remuneração anual da Diretoria e Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração Diretoria (*)	3.093	3.092
Honorários do Conselho de Administração	1.222	1.149
	4.315	4.241

(*) Considera o total de remunerações, benefícios e INSS pagos pela empresa.

17. Provisão para Contingências

a) Contingências Prováveis

A Companhia e suas controladas são objeto de ações decorrentes do curso normal de suas operações, cujas perdas são avaliadas como provável, como segue:

	Controladora				
	31/12/2023	Provisão (+)	Reversão (-)	Atualização (+/-)	31/12/2024
Tributário (i)	-	21.712	(21.712)	-	-
Cíveis (ii)	18.969	-	-	2.703	21.672
Trabalhistas	726	-	(41)	-	685
	19.695	21.712	(21.753)	2.703	22.357

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Consolidado						
	31/12/2023	Provisão(+)	Reversão(-)	Pagamento (-)	Atualização (+/-)	31/12/2024
Cíveis (ii)	22.636	-	-	-	3.221	25.857
Tributário (i)	-	21.712	(21.712)	-	-	-
Ambientais (iii)	60.711	-	-	-	6.572	67.283
Trabalhistas	10.662	-	(139)	(53)	(2.327)	8.143
	94.009	21.712	(21.851)	(53)	7.466	101.282

b) Contingências Possíveis

A Companhia e suas controladas são objeto de ações tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal das operações, cujas perdas são avaliadas como possíveis, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (ii)	22.426	17.644	26.410	23.120
Tributário (iv)	37.132	131.222	843.469	872.625
Trabalhistas	210	432	214	483
	59.768	149.298	870.093	896.228

- (i) Valor referente ao auto de infração da contribuição social do período de 01/01/2011 até 30/03/2012 transferido de provisão para contingências para dívida ativa (obrigações tributárias) no total de R\$21.712.
- (ii) As causas cíveis estão representadas substancialmente por ações indenizatórias, relacionadas, em maior parte, às impugnações de crédito no processo de recuperação judicial.
- (iii) As causas ambientais estão relacionadas ao processo de licenciamento da UCN Açú.
- (iv) O montante de contingências possíveis tributárias inclui os seguintes principais processos e reversão efetuada:
 - (a) Auto de Infração lavrado visando à cobrança do Imposto sobre a Importação, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS/PASEP Importação, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS/Importação e do Adicional do Frete para a Renovação da Marinha Mercante – ARFMM, em virtude do suposto descumprimento de regime de drawback suspensão concedido pelo Ato Concessório nº 2015.001526-7 pelo fato do casco da embarcação ter sido parcialmente incorporada em estaleiro situado no exterior mediante a utilização de insumos nacionais no montante de R\$ 616.654;

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

- (b) Auto de Infração lavrado visando à cobrança da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, apuradas segundo o regime não cumulativo, apuradas no ano calendário de 2015, em virtude da suposta anulação da inscrição do casco da embarcação denominada “Sapura Esmeralda” perante o Tribunal Marítimo no montante de R\$ 133.486;
- (c) Reversão feita após a inscrição em dívida ativa sob a CDA nº 70.2.24.010418-90 do processo administrativo 12448.721970/2016-48 que tem origem na lavratura de Auto de Infração em face da OSX Brasil para cobrança de IRPJ e CSLL e multa de ofício sobre (i) deduções supostamente indevidas de despesas financeiras (hedge); (ii) não oferecimento do lucro de controladas no exterior (Áustria); e (iii) multa isolada por apuração supostamente incorreta de IRPJ por estimativa. O processo em questão foi desmembrado, de modo que a parcela relativa ao item ‘i’ (hedge) foi mantida como controlada pelo processo administrativo 12448.721970/2016-48, enquanto a parcela relativa ao item ‘ii’ (lucros no exterior) foi transferida para o novo processo administrativo nº 12448.720.762/2024-31. A dívida registrada foi no total de R\$ 73.142, sendo: a) R\$20.041 registrado em despesas com multas no grupo de Despesas gerais e administrativas; e b) R\$53.102 em multas e juros passivos no grupo de Despesas financeiras.

Em função dos processos em curso, a Companhia possui depósitos judiciais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	-	601	937	640
Tributário	-	-	332	284
Trabalhistas	22	11	263	545
	<u>22</u>	<u>612</u>	<u>1.532</u>	<u>1.469</u>

18. Patrimônio Líquido (Controladora)

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia estava dividido em 3.148.038 (três milhões, cento e quarenta e oito mil e trinta e oito reais) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de de R\$35.264 com a seguinte composição acionária:

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Composição acionária		31/12/2024		
Acionistas	Ordinárias	%	Total	%
Centennial Asset Mining Fund LLC.	709.459	22,54	709.459	22,54
Centennial Asset Mining Fund LLC – Itau Unibanco S.A.	453.801	14,42	453.801	14,42
Eike Fuhrken Batista	392.612	12,47	392.612	12,47
Roberto Lombardi de Barros	304.100	9,66	304.100	9,66
Demais acionistas	1.288.066	40,91	1.288.066	40,91
Total	3.148.038	100,00	3.148.038	100,00

b) Custo na Emissão de Ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações estão registrados em conta retificadora do Patrimônio Líquido. Estes custos se referem à comissão e a serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

d) Ajustes de Conversão de Moeda Estrangeira

Representados pelo registro contábil da variação cambial da controlada OSX GmbH.

19. Prejuízo por Ação

Os resultados por ação, básico e diluído, foram calculados com base no resultado do período, atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, e na respectiva quantidade média de ações em circulação neste período, comparativamente a 31 de dezembro de 2023, conforme o quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
	Ordinárias	Ordinárias
Numerador		
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(1.588.291)	(1.188.770)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	(1.216)	(2.297)
Denominador		
Média ponderada de ações	3.148.038	3.148.038
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	(504,92)	(378,35)

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

20. Receita Operacional Líquida

A Controladora não apresentou receita no período abaixo mencionado. Contudo, sua controlada, a empresa OSX Açú, obteve receita advinda da exploração comercial de uma área total de 3.200.000 metros quadrados, onde se encontra localizada a UCN Açú.

A receita decorrente da cessão onerosa do direito real de superfície, ou de acordo análogo à atividade de arrendamento, é reconhecida no resultado pelo método linear, de acordo com o prazo contratual e conforme sua realização. Em 2024, um cliente corresponde a 70% da receita da Companhia.

Em 4 de janeiro de 2024, a OSX firmou um contrato de locação com a Consag Engenharia para uma área de 126.000 metros quadrados. Em 27 de maio de 2024, foi celebrado o primeiro termo aditivo ao referido contrato, para, dentre outras alterações, reduzir a metragem da área para um total de 98.726 metros quadrados.

Além disso, em 22 de março de 2024 a Companhia celebrou, com a empresa Go Tratch Ambiental e Infraestrutura, o quinto aditivo ao contrato de locação para, dentre outros pontos, incluir as áreas 1 e 2 do Lote Norte 1, de 6.203 metros quadrados e 7.166 metros quadrados, respectivamente, bem como uma área de exclusão ambiental de 3.389 metros quadrados.

Após, em 27 de junho de 2024, foi celebrado um termo de acordo com a Carboamérica para tratar, dentre outras questões, da desmobilização da área locada conforme previsto no sétimo aditivo.

Em 24 de outubro de 2024, a Companhia celebrou, junto à Aliseo Empreendimentos e Participações S.A., o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Locação, celebrado em 24 de janeiro de 2022, tendo por objeto estabelecer direito de preferência por prazo determinado em favor da Aliseo, para que, caso exerça esse direito, utilize área adicional à Área Locada. Caso exerça o direito de preferência, no todo ou em parte, a Aliseo (i) pagará valores mensais em favor da OSX pela locação da Área Adicional utilizada, e (ii) realizará investimentos de capital na Área Adicional.

Ademais, em 25 de outubro de 2024, a Companhia celebrou, junto à Bastos Construtora LTDA, o Contrato de Locação Comercial de Área, na modalidade por metro quadrado, de área localizada no Distrito Industrial do município de São João da Barra, conhecida como Lote Oeste 6 – Área 1, com 110.000 m² (cento e dez mil metros quadrados), contendo 300 m (trezentos metros) de cais, com vigência até 21 de dezembro de 2052.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de aluguel e/ou serviços	71.278	49.912
(-) Impostos incidentes sobre as receitas	(6.859)	(4.666)
	64.419	45.246

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Os contratos da Companhia atendem a instalação de projetos, na sua maior parte, de longo prazo. Os projetos dos clientes requerem a obtenção de licenças previamente à operação, bem como, requerem a realização de investimentos para adequar as áreas locadas. A Companhia concede carências e prazos para o início dos pagamentos conforme a análise dos projetos. Os projetos mudam ao longo de sua execução sendo necessários ajustes (mediante Aditivos contratuais) com relação aos prazos e áreas contratadas. A Administração entende que o reconhecimento pela linearidade desde o início do contrato não é aplicável tendo em vista o risco de cancelamento do contrato por conta de não aprovação ambiental ou não execução dos investimentos necessários. O reconhecimento da receita de aluguel é efetuado quando considerado provável o ingresso do recurso financeiro.

21. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(3.433)	(1.478)	(6.784)	(6.521)
Despesas com propaganda e publicidade	-	(98)	(157)	(830)
Constituição/Reversão de provisão (*)	(24.592)	(2.744)	(27.271)	(10.563)
Serviços contratados	(7.364)	-	(47.563)	(23.410)
Despesas de viagem	(1.017)	(828)	(1.521)	(2.005)
Despesas de aluguéis	(121)	(14)	(454)	(392)
Despesas com seguro	(396)	-	(1.068)	(959)
Despesas com multas (**)	(28.672)	(31)	(31.284)	(38)
Despesas com impostos, taxas e contribuições	(191)	(57)	(9.490)	(11.750)
Outras despesas	(681)	(95)	(4.757)	(2.946)
	(66.466)	(5.345)	(130.359)	(59.504)

(*) Aumento relacionado ao provisionamento de R\$21.712 referente a auto de infração de imposto de renda, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

(**) Aumento relacionado a multa de ofício referente ao auto de infração de IRPJ 2011 (CDA nº 70.2.24.010418-90), conforme descrito na nota explicativa nº 17 (iii).

22. Outras despesas e receitas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reversão da provisão em receita não operacional (*)	54.807	8.806	70.794	11.981
Outras despesas	(7)	(102)	(8)	(3.861)
	54.800	8.704	70.786	8.120

(*) Aumento na controladora relacionado à baixa da prescrição de dívida no montante de R\$ 53.238 (vide nota explicativa nº 12) e prescrição de dívida ativa na OSX Serviços Operacionais no montante de R\$ 15.987.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Multa e Juros passivos (*)	(79.667)	(12.099)	(850.047)	(790.002)
Descontos concedidos	-	-	(231)	-
IOF	(331)	(126)	(507)	(254)
Amortização custo de transação empréstimo	-	-	(994)	(994)
Apropriação do AVP arrendamento	(50)	-	(36.765)	(11.795)
Outras despesas financeiras	(25)	(32)	(87)	(3.285)
Despesas com fiança	-	-	(11.341)	(11.795)
	(80.073)	(12.257)	(899.972)	(967.673)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	11	167	219	744
Juros ativos	432	442	448	1
Outros	271	307	310	335
	714	916	977	1.080
Variação cambial líquida	(1.041)	(2.777)	(37.953)	7.144
Resultado financeiro, líquido	(80.400)	(14.118)	(936.948)	(959.449)

(*) Aumento relacionado a inclusão em dívida ativa (CDA nº 70.2.24.010418-90), conforme descrito na nota explicativa nº 17 (iii).

24. Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL")

24.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados

A conciliação do IRPJ/CSLL apurados conforme alíquotas nominais vigentes e os valores dos impostos registrados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do IR e CSSL	(1.588.291)	(1.192.472)	(1.915.853)	(1.308.068)
Alíquota de acordo com legislação vigente	34%	34%	34%	34%
IR e CSLL de acordo com alíquota vigente	540.019	405.440	651.390	444.743
Adições/Exclusões (ajustes na base tributável)				
Outras despesas não dedutíveis	(9.817)	(52)	(27.495)	(58.417)
Contingências Passivas	(8.361)	(934)	(9.973)	(2.970)
Resultado de equivalência patrimonial	(508.628)	(401.721)	(12)	64
Receita (Despesas) de IR e CSLL apurados	13.213	2.733	613.910	383.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos	(13.213)	969	(289.333)	(266.417)
Receita (Despesa) de IR e CSLL contabilizados	-	3.702	324.577	117.003
IR e CSLL corrente do exercício	-	-	(5.386)	(75)

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

IR e CSSL diferido do exercício	-	-	329.963	117.078
IR e CSSL diferidos sobre prejuízos e base negativa usados no exercício(*)	-	3.702	-	-
Total IR e CSLL	<u>-</u>	<u>3.702</u>	<u>324.577</u>	<u>117.003</u>
Alíquota efetiva sobre lucro antes do imposto	-	-	(17%)	(9%)

(*) Valor referente a compensação de prejuízo fiscal utilizado para o pagamento do programa de quitação de débitos fiscais, o Quita PGFN, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Para fins de apuração de IRPJ e CSLL, o regime de tributação adotado pela Companhia e suas controladas é o lucro real anual.

A apuração de IRPJ das empresas estrangeiras é efetuada com observância à legislação fiscal dos respectivos países.

24.2 Exigências Fiscais e Tributárias

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de 5 anos. Outros Impostos, Taxas e Contribuições estão, também, sujeitos as mesmas condições, conforme a legislação aplicável. Tendo em vista as frequentes interpretações relacionadas com a legislação, não é possível assegurar a aprovação definitiva dos impostos e contribuições.

25. Informações por Segmentos

O foco do Complexo OSX Açú é o desenvolvimento de negócios para locação de áreas para empreendimentos portuários e industriais na área privilegiada de cerca de 3,2 milhões de m² detida pela OSX Açú. A área possui aproximadamente 3.700 metros de frente para o canal do T2 do Porto do Açú, construído pela OSX, com direito de acesso, infraestrutura de suporte (energia, segurança, água, esgoto, escritórios, vias internas) permitindo rápida implantação de novos projetos, conferindo grandes vantagens a seus clientes, e alto valor da área. Os seguintes negócios são desenvolvidos no Complexo:

- Indústria Naval
- Serviços de armazenagem
- Operações portuárias
- Serviços de carga e descarga
- Serviços integrados de logística
- Serviços acessórios portuários (fornecimento de água, tratamento de esgoto, coleta de resíduos, manobras de embarcações)

Construção Naval

O foco da unidade de Construção Naval é a construção, montagem e integração de Unidades de E&P, tais como plataformas de produção fixas e flutuantes e sondas de perfuração, com ênfase em eficiência operacional e tecnologia de ponta. As atividades de Construção Naval encontram-se paralisadas.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Arrendamento

A Companhia atua também através do arrendamento de áreas para empreendimentos portuários e industriais na área privilegiada de cerca de 3,2 milhões de m² detida pela OSX Açú.

Afretamento

A unidade de Afretamento é concentrada em Unidades de E&P, as quais são fretadas a empresas do setor de petróleo e gás natural, por meio de contratos de afretamento de longo prazo. Tendo em vista a reestruturação societária do Grupo OSX, com subsequente falência de seu braço offshore de fretamento de unidades de E&P (a OSX Leasing Group B.V), as atividades de afretamento encontram-se desmobilizadas, podendo ser retomadas caso haja novas oportunidades de mercado.

Serviços de O&M

Além de construir e fretar as unidades, a Companhia é responsável por tripular, operar e manter as unidades de E&P. As atividades de serviços de O&M encontram-se desmobilizadas, podendo ser retomadas caso haja novas oportunidades de mercado.

i) Demonstração de Resultado por Segmentos

Demonstração do resultado por segmento em 31/12/2024	Construção Naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e/ou serviços	71.278	-	-	-	-	71.278
Impostos incidentes sobre a receita	(6.859)	-	-	-	-	(6.859)
Resultado operacional líquida	64.419	-	-	-	-	64.419
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	(75.954)	(237)	(665)	(66.727)	-	(143.583)
Avaliação ao valor justo de propriedade para investimento	(970.480)	-	-	-	-	(970.480)
Outras despesas e receitas operacionais líquida	-	-	15.986	54.800	-	70.786
	(1.046.444)	(237)	15.321	(11.927)	-	(1.043.277)
Resultado de equivalência patrimonial	(35)	-	-	(1.495.964)	1.495.964	(35)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(982.060)	(237)	15.321	(1.507.890)	1.495.964	(978.893)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	629	41	11.182	714	(11.589)	977
Despesas financeiras	(827.873)	(570)	(3.045)	(80.073)	11.589	(899.972)
Varição cambial, líquida	(38.125)	1.213	-	(1.041)	-	(37.953)
	(865.369)	684	8.137	(80.400)	-	(936.948)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.847.430)	447	23.458	(1.588.291)	1.495.964	(1.915.853)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(5.386)	-	-	(5.386)
Imposto de renda e contribuição social diferido	329.963	-	-	-	-	329.963
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(1.517.467)	447	18.072	(1.588.291)	1.495.964	(1.591.276)
Outras divulgações						
Depreciação e amortização	(12.972)	-	-	(261)	-	(13.234)
Demonstração do resultado por segmento em 31/12/2023	Construção Naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e/ou serviços	49.912	-	-	-	-	49.912

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Impostos incidentes sobre a receita	(4.666)	-	-	-	-	(4.666)
Resultado operacional líquida	45.246	-	-	-	-	45.246
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	(56.227)	(158)	(6.805)	(5.525)	-	(68.715)
Avaliação ao valor justo de propriedade para investimento	(333.461)	-	-	-	-	(333.459)
Outras despesas e receitas operacionais líquida	2.027	-	(2.607)	8.702	-	8.119
	(387.661)	(158)	(9.412)	3.177	-	(394.054)
Resultado de equivalência patrimonial	189	-	-	(1.181.531)	1.181.531	189
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(342.226)	(158)	(9.412)	(1.178.353)	1.181.531	(348.620)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	483	(5)	12.124	916	(12.437)	1.080
Despesas financeiras	(948.306)	(420)	(19.128)	(12.257)	12.437	(967.673)
Variação cambial, líquida	10.168	(247)	-	(2.777)	-	7.144
	(937.655)	(671)	(7.004)	(14.118)	-	(959.449)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.279.881)	(829)	(16.416)	(1.192.471)	1.181.531	(1.308.068)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(75)	-	-	(75)
Imposto de renda e contribuição social diferido	118.030	-	-	3.702	(4.654)	117.078
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(1.161.851)	(829)	(16.491)	(1.188.769)	1.176.877	(1.191.067)
Outras divulgações						
Depreciação e amortização	(9.031)	-	-	(180)	-	(9.211)

i) Ativos e Passivos por Segmento

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2024	Construção Naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	54.310	86	131.605	824	(179.711)	7.557
Ativo realizável a longo prazo	-	-	-	115.934	(109.112)	6.073
Investimentos	3.023	-	-	2.099	(2.099)	3.023
Imobilizado	538	-	-	165	-	703
Propriedade para investimento	1.006.305	-	-	-	-	1.006.305
Direito de Uso e Intangível	367.885	-	-	477	-	368.363
Total do ativo	1.432.060	86	131.605	119.500	(290.981)	1.392.267
Passivo						
Passivo circulante	587.073	20.034	201.699	435.544	(288.877)	955.472
Passivo não circulante	8.777.665	-	5.131	8.072.836	(8.014.344)	8.841.287
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(7.932.677)	(19.948)	(75.226)	(8.388.880)	8.012.239	(8.404.492)
Total passivo e patrimônio líquido	1.432.060	86	131.605	119.500	(290.981)	1.392.267

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2023	Construção Naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	43.961	46	117.922	584	(152.948)	9.564
Ativo realizável a longo prazo	794	-	63	117.430	(112.299)	5.988
Investimentos	3.059	-	-	1.896	(1.896)	3.059
Imobilizado	582	-	-	117	-	699
Propriedade para investimento	1.976.784	-	-	-	-	1.976.784
Direito de Uso e Intangível	370.397	-	-	455	-	370.853
Total do ativo	2.395.577	46	117.985	120.482	(267.143)	2.366.947
Passivo						
Passivo circulante	529.314	15.996	205.382	347.400	(265.230)	832.860

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2023	Construção Naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Passivo não circulante	8.281.473	-	5.902	6.569.227	(6.513.734)	8.342.870
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(6.415.210)	(15.951)	(93.299)	(6.796.145)	6.511.822	(6.808.783)
Total passivo e patrimônio líquido	2.395.577	46	117.985	120.482	(267.143)	2.366.947

26. Instrumentos Financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de monitoramento consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista nas políticas de gerenciamento de risco em vigor.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	186	186	7	7
Depósitos judiciais	383	383	612	612
Partes relacionadas	111.179	111.179	112.694	112.694
Passivos				
Fornecedores	30.834	30.834	84.992	84.992
Partes relacionadas	318.078	318.078	294.592	294.592

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	614	614	2.141	2.141
Clientes	6.073	6.073	6.613	6.613
Depósitos judiciais	1.769	1.769	1.469	1.469
Passivos				
Fornecedores	1.498.746	1.498.746	1.420.309	1.420.309
Partes relacionadas	186.390	186.390	183.161	183.161
Debêntures	4.425.090	4.425.090	3.989.831	3.989.831
Empréstimos e financiamentos	2.296.276	2.296.276	2.059.506	2.059.506

26.1 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

26.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros.

26.2.1 Risco de Mercado

Risco de variação nas taxas de câmbio e de juros.

26.2.1.1 Risco Cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia.

Gerenciamento de risco cambial

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas controladas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos.

26.2.2 Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. A Companhia realiza aplicações financeiras automáticas e a exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras e contas a receber.

Quadro de risco de crédito controladora	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	186	7
	186	7

Quadro de risco de crédito consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	614	2.141
Clientes	6.073	6.613
	6.687	8.754

26.2.3 Risco de Liquidez

Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, suficiente para manutenção das operações. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Açu e OSX Serviços, ajuizou pedido de recuperação judicial, em 11 de novembro de 2013, cuja decisão de deferimento do processamento do pedido foi publicada no dia 28 de novembro de 2013. No dia 17 de dezembro de 2014 ocorreu, em Assembleia Geral de Credores, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, sendo a mesma homologada em 19 de dezembro de 2014 com data de publicação no dia 8 de janeiro de 2015. Dessa forma, os pagamentos de partes das obrigações da Companhia estão sendo tratados segundo os termos previstos no Plano. A Companhia possui créditos extraconcursais, impostos e arrendamento em atraso para os quais a administração vem atuando para a reestruturação de seus passivos. Em função do fim do período de Standstill e da situação financeira, a Companhia requereu nova Recuperação Judicial em 19 de janeiro de 2024 sendo deferida em 22 de janeiro de 2024 de forma a reestruturar suas dívidas.

26.2.4 Riscos Fiscais

As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

26.2.5 Risco de taxa de juros e inflação

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações de taxas de juros e inflação que aumentem as despesas financeiras relativas às dívidas indexadas. As dívidas foram consolidadas na Recuperação Judicial e afetarão o caixa no longo prazo.

27. Cobertura de Seguros (Não auditado)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas consideram que a cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Riscos operacionais		
Danos materiais	43.873	43.873
Responsabilidade civil de administradores	40.000	40.000
	83.873	83.873

28. Continuidade Operacional

A OSX vem cumprindo com o atendimento ao anseio dos acionistas, em virtude da nova recuperação judicial, conforme será abaixo demonstrado, versando sobre o contínuo desenvolvimento da Companhia.

No âmbito operacional, importa destacar que a OSX Açú preserva sua parceria com a Dome, através dos contratos de locação firmados desde 2016, bem como através de recente contrato de reserva de área celebrado em 03 de fevereiro de 2025.

Além da ampliação das atividades da Dome, a OSX Açú obteve diversificação de novos clientes, quais sejam: Minas Gusa Siderurgia EIRELI e Carboamerica Produtos Siderurgicos e Metalurgicos LTDA, tendo com este cliente celebrado em 24 de junho de 2024 Termo de Acordo para, dentre outros pontos, acordar o pagamento de preço pelo período extra da área locada, Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. (antigo

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Consórcio 3T Flexíveis), Gavea Trading Importação e Exportação LTDA., Consag Engenharia S.A., tendo sido celebrado em 04 de janeiro de 2024 contrato de locação comercial da área, totalizando a metragem de 126.000 m² com este cliente, bem como Primeiro Aditivo ao contrato, em 27 de maio de 2024, com a Consag, visando, dentre outros pontos, negociar a prorrogação do prazo de locação, e Go Tratch Ambiental e Infraestrutura S.A., sendo que no que tange a este último cliente, recentemente, em 22 de março de 2024 foi firmado o quinto termo aditivo ao contrato de locação, prevendo modificações no contrato, de forma a acrescentar na Cláusula Primeira, item 1.1, que dispõe sobre o objeto do contrato, além da área já prevista no Contrato e seus Aditivos já firmados, as áreas 1 e 2 do Lote Norte 1, de 6.203 m² e 7.166 m² e Área de exclusão ambiental, de 3.389 m². Contudo, ressaltando que a referida Área de exclusão ambiental ficará excluída do cálculo total do aluguel, o que resultará no total de 58.151 m².

Tais contratos resultaram no aumento do valor mensal auferido pela Companhia a título de aluguel, com a ampliação significativa do backlog de recebíveis.

Nesse sentido, não obstante os esforços acima aplicados, a fim de evitar danos à Companhia, o Grupo OSX, em 20 de janeiro de 2024, ajuizou novo pedido de recuperação judicial perante a 3ª Vara Empresarial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, tendo em vista atos da PdA de requerer o encerramento do período do *Standstill* e a realização do pagamento dos valores devidos das dívidas, bem como não suspender a eficácia da exigibilidade de dívidas em face da Companhia.

Na ação, o Grupo OSX requereu, dentre outras medidas: (i) a suspensão da exigibilidade das suas dívidas, inclusive de disposições contratuais que preveem rescisão unilateral por inadimplemento; (ii) a suspensão de disposições contratuais que cuidem do vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já negociadas, inclusive aquelas previstas nas debêntures emitidas no âmbito do seu anterior Plano de Recuperação Judicial; (iii) a suspensão dos efeitos de determinadas cláusulas do Contrato de Gestão celebrados com a Porto do Açú Operações S.A. (subsidiária do Grupo Prumo), abrangendo aquelas relativas à exclusividade da Porto do Açú Operações S.A. para prospectar interessados em explorar a área das recuperandas; (iv) que seja determinado que os principais credores do Grupo OSX se abstenham de suspender o fornecimento de seus serviços; (v) que seja determinada aos credores a proibição de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão de valores, títulos, depósitos e/ou direitos do Grupo OSX para fins de auto pagamento; (vi) que seja determinada a vedação aos credores do bloqueio de valores de titularidade das recuperandas e, ainda, que sejam devolvidos os valores porventura retidos, desde o ajuizamento da tutela cautelar antecedente; e (vii) que seja deferida a utilização de conta centralizadora para a recuperação judicial.

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

E, em 22 de janeiro de 2024 foi proferida decisão pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial deferindo o processamento da recuperação judicial do Grupo OSX, determinando, entre outras medidas:

- (I) a nomeação para exercer a função de administrador judicial de Licks Controladores Associados;
- (II) a suspensão de todas as ações e execuções contra as empresas do Grupo somente relativa aos créditos extra concursais, em especial aquela cobrada pela PdA em razão da sua notificação de extinção do acordo de *Standstill* (objeto do fato relevante da Companhia de 16/10/2023);
- (III) a suspensão dos efeitos de toda e qualquer disposição relativa à rescisão de contratos por inadimplemento de dívidas sujeitas à recuperação judicial;
- (IV) a suspensão dos efeitos de toda e qualquer disposição que preveja a decretação de vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já negociadas, inclusive no que se refere às debêntures da série ímpar emitidas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial anterior,
- (V) que os credores PdA, Caixa Econômica Federal, Banco Votorantim S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. se abstenham de suspender o fornecimento dos seus serviços, caracterizados como essenciais e a apresentação do Plano de Recuperação Judicial no prazo de 60 dias pelo Grupo OSX.

Ademais, em 20 de março de 2024 a Companhia informou seus acionistas e o mercado em geral que na referida data o Conselho de Administração do Grupo OSX aprovou os termos e condições do plano de recuperação judicial do Grupo, bem como sua apresentação nos autos do processo de recuperação judicial (processo nº 0132006-60.2023.8.19.0001), em curso perante o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

No final de novembro de 2024, mais precisamente no dia 26, a Companhia foi intimada de uma decisão cautelar proferida pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial, no âmbito de uma ação ajuizada pela Porto do Açú S.A. (Processo nº 0149430-81.2024.8.19.0001). A decisão determinou: (i) o afastamento dos administradores do Grupo OSX, (ii) a convocação de uma assembleia geral de credores para 17/12/2024, a fim de deliberar sobre a nomeação de um gestor judicial, e (iii) que os locatários da OSX efetuem os pagamentos dos aluguéis em conta judicial vinculada à recuperação judicial do Grupo.

Dois dias após, em 28 de novembro de 2024, a Companhia tomou conhecimento de nova decisão no mesmo processo, na qual o Juízo da 3ª Vara determinou: (i) a nomeação temporária de um administrador judicial para gerir o Grupo OSX, e (ii) a suspensão da assembleia geral de credores convocada para 17/12/2024, que deliberaria sobre a nomeação de um gestor judicial.

Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia foi intimada de uma decisão proferida na 3ª Vara Empresarial no âmbito do Processo nº 0132006-60.2023.8.19.0001, que deferiu a

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

convocação da Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre o plano de recuperação judicial do Grupo OSX. A assembleia foi marcada para 24 de janeiro de 2025 (1ª convocação) e 31 de janeiro de 2025 (2ª convocação), com o edital de convocação a ser publicado oportunamente.

Já em 17 de janeiro de 2025, a Companhia tomou conhecimento de uma decisão da 12ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no Agravo de Instrumento nº 0000778-91.2025.8.19.0000, interposto pela Porto do Açú Operações S.A. A decisão determinou a suspensão da Assembleia Geral de Credores que estava prevista para 24 e 31 de janeiro de 2025, em decorrência de uma decisão anterior da 3ª Vara Empresarial, conforme divulgado em 17 de dezembro de 2024.

Ademais, em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia foi informada da disponibilização, pela 3ª Vara Empresarial, do edital de convocação da Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre o plano de recuperação judicial do Grupo OSX. A assembleia foi marcada para 14 de março de 2025 (1ª convocação), com quórum de mais da metade dos créditos de cada classe, e, caso o quórum não seja atingido, para 21 de março de 2025 (2ª convocação), sem exigência de quórum mínimo.

Por fim, em que pese isso, a Companhia empregará seus melhores esforços na manutenção de suas atividades comerciais e operacionais, mantendo o mercado devidamente informado sobre qualquer atualização.

29. Operação Lava Jato e outros assuntos criminais envolvendo acionista controlador

A Companhia esclarece que não lhe são imputáveis quaisquer fatos ou atos relacionados à 34ª fase da Operação Lava Jato, realizada em 22 de setembro de 2016. Cumpre esclarecer que o objeto de tal operação versou sobre contrato firmado pela Integra - sociedade com personalidade jurídica própria e na qual a Companhia detém participação minoritária – para a construção das plataformas P-67 e P-70 da Petrobrás. A Companhia não foi parte deste contrato, tampouco detém qualquer conhecimento a respeito da instauração de inquérito ou oferecimento de denúncia pelo Ministério Público Federal. A esse respeito, à época dos fatos, a Companhia prestou, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos responsáveis, todas as informações que lhe foram solicitadas, no que tange à Integra, tendo atuado de forma cooperativa com as autoridades competentes.

A Companhia e sua administração ressaltam, também, que não possuem qualquer relação ou envolvimento com os fatos referentes ao mandado de prisão temporária cumprido contra o Sr. Eike Batista, no dia 08 de agosto de 2019 (revogado no dia 10 de agosto de 2019, pelo Tribunal Federal da 2ª Região), conforme amplamente noticiado por diversos veículos de comunicação, mandado este expedido no âmbito do inquérito aberto pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, para apurar supostos crimes de manipulação de mercado e

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

utilização de informação privilegiada praticados pelo Sr. Eike Batista nos anos de 2010 e 2011. Ressaltamos que a Companhia não é investigada nesse inquérito.

Destaca-se, ainda, que não são afetados pelos efeitos da sentença de primeira instância proferida em junho de 2020 pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que condenou o Sr. Eike Batista a oito anos de reclusão em regime inicial semiaberto, por manipulação de mercado, praticada no ano de 2009, além do pagamento de multa no valor equivalente à 10.500 salários mínimos, e tampouco possuem relação ou envolvimento com quaisquer atos ou fatos atribuídos ao Sr. Eike Batista no âmbito deste processo. A Companhia também não é parte neste processo.

Igualmente, no que diz respeito à sentença exarada pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, no ano de 2019, nos autos da ação penal nº 0042650-05.2014.4.02.5101 – que culminou na condenação do Sr. Eike Batista, a uma pena de oito anos e sete meses de reclusão em regime inicial fechado, mais multa equivalente a 4.200 salários mínimos e reparação pecuniária no valor de R\$82.829.345 milhões, pelo cometimento dos crimes de manipulação de mercado e *insider trading* no ano de 2013 –, muito embora o plano de fundo da imputação faça menção à Companhia, é de suma importância destacar que a Companhia jamais foi parte no aludido processo e que a condenação de primeira instância proferida no ano de 2019 não possui qualquer efeito danoso aplicável ou atribuível a ela ou à sua administração.

Reitera-se que, embora a Companhia seja citada em algumas notícias relacionadas aos fatos anteriormente referidos, tais fatos nunca lhe foram imputáveis, não tendo sido a Companhia parte em qualquer dos inquéritos ou processos criminais relacionados ao Sr. Eike Batista. De toda forma, a Companhia segue atenta às notícias e eventuais desdobramentos sobre os fatos acima mencionados, que possam vir a afetar suas atividades.

A Companhia pontua ainda que o Sr. Eike Batista ocupou o cargo de Diretor Presidente da Companhia apenas no período compreendido entre 08 de setembro de 2009 a 06 de outubro de 2009, não tendo sido reeleito para qualquer cargo na Diretoria da Companhia desde então; e que o Sr. Eike Batista ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia no período compreendido entre 08 de setembro de 2009 a 09 de maio de 2016, não tendo sido reeleito para qualquer cargo no Conselho de Administração da Companhia desde então.

30. Eventos Subsequentes

Contexto RJ

Em 17 de janeiro de 2025, a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida pela 12ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em sede de Agravo de Instrumento nº 0000778-91.2025.8.19.0000 interposto pela Porto do Açúcar Operações S.A., determinando a suspensão da Assembleia Geral de Credores que seria

OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

realizada, em 1ª convocação, no dia 24 de janeiro de 2025 e, em 2ª convocação, no dia 31 de janeiro de 2025, em decorrência de decisão anterior da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro Vara.

Já em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia tomou conhecimento da disponibilização do edital de convocação da Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre o plano de recuperação judicial das recuperandas, que seria realizado (i) em primeira convocação, no dia 14 de março de 2025, às 10 horas, ocasião em que a Assembleia será instalada com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe de credores relacionada, e, caso esse quórum não seja atingido; (ii) em segunda convocação, no dia 21 de março de 2025, às 10 horas, ocasião em que a Assembleia será instalada com a presença de qualquer número de credores.

Em 11 de março de 2025, a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida pela 12ª Câmara de Direito Privado no âmbito do agravo de instrumento nº 0015641-52.2025.8.19.0000 interposto pela Acciona Infraestruturas S.A., determinando a suspensão da Assembleia Geral de Credores que se realizaria no dia 14/03/2025 (1ª convocação) e 21/03/2025 (2ª convocação), anteriormente convocada para deliberar sobre o plano de recuperação judicial das recuperandas.

Em 12 de março de 2025, a Companhia recebeu a notificação dos seus acionistas Eiken Fuhrken Batista, Centennial Asset Mining Fund LLC e Centennial Asset Mining Fund LLC-Itau Unibanco. Na notificação os referidos acionistas solicitaram à Companhia, com base no art. 123 da Lei das S.A. e no art. 64 da Lei nº 11.101/2005, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da OSX, no prazo de 8 dias, para deliberar sobre a eleição de novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, tendo indicado nomes para os referidos cargos. A companhia está avaliando as implicações jurídicas da notificação, com base na legislação vigente.

Gustavo Licks
Gestor Judicial



Erika Barbosa Pereira
Contadora
CRC – RJ-110794/O-3